



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 108 QUARTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 1990 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 128ª SESSÃO, EM 4 DE SETEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Projeto Nordeste II, lançado em Maceió pelo Presidente Fernando Collor, com vistas ao desenvolvimento regional.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES - Translado dos restos mortais do ex-Presidente chileno Salvador Allende.

SR. PRESIDENTE - Associando-se ao pronunciamento do Sr. Chagas Rodrigues.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Homenagem póstuma ao Senador Afonso Arinos. Pacto social e o arrocho salarial no atual Governo.

SENADOR LEITE CHAVES - Dívida externa.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO - Regime jurídico. Único dos servidores federais. Homenagem à memória do Senador Afonso Arinos.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - Emenda apresentada por S. Ex^a à Medida Provisória nº 200/90, que trata da quitação de saldo devedor junto ao SFH, em cruzados novos.

SENADOR MAURO BENEVIDES - Defesa das zonas de processamento de exportação.

1.2.2 - Comunicação da Presidência

Recebimento de mensagens presidenciais encaminhando os Projetos de Lei nºs 19 e 20, de 1990-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1991, e que dispõe sobre o plano plurianual para o quinquênio 1991-1995 e dá outras providências, respectivamente.

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

- Do Senador Mauro Benevides, pronunciado na sessão de 31-8-90.

3 - PORTARIAS DO PRIMEIRO SECRETARIO

- N^os 19 e 20/90

4 - DIRETORIA GERAL

- Extrato de Contrato nº 40/90.

- Extrato de termo de rescisão do segundo termo aditivo ao protocolo de intenções firmado entre o Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília.

5 - MESA DIRETORA

6 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 128ª Sessão, em 4 de setembro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
Presidência dos Srs. Pompeu de Sousa e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Mansueto de Lavour — Lourival Baptista — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Louremberg Nunes Rocha — Leite Chaves — Afonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por ocasião da sua visita a Alagoas, a quarta desde que assumiu o Governo Federal, o Presidente Fernando Collor inaugurou no dia 29 de agosto, em Maceió, o I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar, tendo na oportunidade anunciado as diretrizes da ação governamental para o desenvolvimento do Nordeste, de 1991 até o ano 2000, "estabelecendo bases novas

para o crescimento e a modernização da nossa Região".

No bojo das referidas diretrizes que foram apreciadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene, na última sexta-feira, dia 31 de agosto, está prevista a interligação dos Estados e Municípios nordestinos na programação do Governo Federal.

Esta foi, incontestavelmente, a mais importante viagem do Chefe da Nação ao Nordeste, em face das repercussões, dos impactos, dos resultados práticos e das perspectivas geradas pelo vasto elenco dos empreendimentos programados pelo Governo Federal.

Preocupado com ameaçadas consequências da crise no Oriente Médio, o Presidente Fernando Collor afirmou que o seu Governo vai dar prioridade máxima ao Proálcool, mas, ao mesmo tempo, estimulará a Petrobrás para que aumente a produção de petróleo. Depois de sérias e profundas avaliações do Proálcool, o Presidente Fernando Collor esclareceu que esse Programa, embora "represente apenas quatro por cento (4%) da matriz energética nacional, contribui bastante para reduzir a poluição nos grandes centros e representa a melhor alternativa de combustível líquido aos derivados do petróleo".

Na opinião do Presidente Fernando Collor, em Alagoas, onde estava acompanhado da Primeira Dama Rosane Collor de Mello, Presidente da LBA, dos Ministros de Estado da Saúde, Alceu Guerra, da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabreria, dos Governadores e das principais lideranças políticas no Nordeste, "o Brasil deve ficar atento às consequências da crise do Oriente Médio na economia nacional e não pode deixar de contemplar os cenários mais pessimistas... Agora, porém" — afirmou o Presidente — "é hora de agir. O primeiro passo já foi dado com o Plano de Estabilização Econômica; o segundo é definir a matriz energética nacional pela busca permanente de fontes alternativas de energia".

O uso do gás natural e a retomada das obras da Hidrelétrica de Xingó foram dois temas básicos abordados pelo Presidente Fernando Collor no seu discurso.

Quanto ao primeiro, disse que a Petrobrás já domina a tecnologia destinada a aumentar a produção do petróleo.

No concernente à Hidrelétrica de Xingó... "com o contrato de financiamento das obras civis da Hidrelétrica de Xingó, assinado entre a Eletrobrás e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), no valor de US\$ 2,5 bilhões (Cr\$

181 bilhões pelo câmbio comercial), foram garantidos os recursos para a conclusão da primeira etapa das obras da usina. A hidrelétrica colocará em funcionamento sua primeira turbina de 500 Mw em novembro de 1994 e a sexta e última máquina dessa primeira etapa — cada uma com a potência de 500 Mw — no segundo semestre de 1996.

Os recursos alocados durante a visita do Presidente Fernando Collor a Alagoas para a abertura do I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-Açúcar, US\$ 1 bilhão (Cr\$ 72,4 bilhões), são provenientes do Tesouro Nacional, Finame, Bndes e bancos internacionais; os outros US\$ 1,5 bilhão são recursos da Eletrobrás.

Segundo o Presidente da Chesf, Marcos José Lopes, o Governo conseguiu resolver o problema da dívida da estatal com o consórcio responsável pela parte civil das obras de Xingó, formado pelas construtoras Constan, CBPO e Mendes Júnior. Parte da dívida está sendo paga com recursos da Eletrobrás e parte com debêntures".

Como nordestino, representante de Sergipe no Senado Federal, cumpro o dever de felicitar o Chefe da Nação pelas suas patrióticas decisões no que tange ao suprimento da energia de Xingó, cuja inauguração em 1994 foi definitivamente assegurada.

A Hidrelétrica de Xingó tem sido uma das minhas preocupações fundamentais, como o maior empreendimento do Governo Federal no setor energético, significando investimentos programados da ordem de US\$ 3 bilhões de dólares, dos quais já foram aplicados cerca de US\$ 700 milhões até o momento.

Dispensando-me de aduzir comentários adicionais sobre o assunto, porquanto já proferi a respeito, aqui, no Senado, diversos pronunciamentos.

No setor de saúde, segundo o Ministro Alcega Guerra, os recursos serão oriundos do Banco Mundial, da União, dos Estados e Municípios, e serão aplicados através do SUDS (Sistema Unificado de Saúde).

As principais razões que justificam o volume desses investimentos no Nordeste decorrem do fato de se localizarem na Região Nordeste as maiores taxas de mortalidade infantil do contingente, além do pavoroso elenco de doenças, como a esquistossomose, tétano, difteria, sarampo, peste bubônica entre outras, além dos imensos

boisões de miséria, evidenciando, nesses Estados, um triste panorama de subnutrição e pobreza absoluta, fatores negativos da aceleração no processo do êxodo rural e esvaziamento da Região, exacerbado pelas secas periódicas.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Estou acompanhando o seu pronunciamento nesta tarde, verificando esse estudo que V. Ex^a vem fazendo sobre as providências que estão sendo planejadas para serem executadas no Nordeste. É a demonstração patente de que o Presidente está preocupadíssimo com a situação do Nordeste, como Presidente da República e como nordestino que é. De forma que o pronunciamento de V. Ex^a só vem engrandecer cada vez mais esse trabalho, que esperamos nós, nordestinos, seja executado o mais breve possível, porque a Região, há muito tempo, só tem recebido promessas e deseja que as coisas sejam objetivadas através do pulso firme do Presidente Collor, que tem demonstrado aprofundar-se em assuntos de interesse nacional.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato, nobre Senador Afonso Sancho, pelo seu aparte, que muito enriquece este nosso pronunciamento. V. Ex^a, como nós, nordestino, também quer o bem do Nordeste.

O denominado "Projeto Nordeste II" compreende, entre suas múltiplas obras, empreendimentos e serviços, a construção, ampliação e recuperação de postos de saúde dos Estados do Nordeste.

Seria demasiado longo relatar, com as minúcias que se fazem necessárias, o conteúdo e as dimensões de todas as providências integrantes dos vários programas e investimentos anunciados pelo Presidente Fernando Collor, pois cada um deles justificaria um pronunciamento específico.

O que pretendemos ressaltar, com justificada satisfação e aplausos, é a decisiva importância do conjunto dos resultados dessa histórica viagem do Chefe da Nação para a emancipação global e desenvolvimento auto-sustentado do Nordeste.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que me pareceram oportunas formular nos limites deste pronunciamento (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O segundo orador inscrito, o nobre Senador Leite Chaves, não se encontra presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, e Srs. Senadores, neste 4 de setembro, data muito importante para os democratas de todo o Mundo e, de modo especial, para os latino-americanos, ocupo a tribuna do Senado para render minhas homenagens ao grande homem público, ao grande democrata, ao estadista, ao Presidente constitucional Salvador Allende, que governou o Chile com dignidade, com altivez, coerente com as suas idéias e seu programa de Governo.

Toda a imprensa, não só do Brasil, não só da América do Sul, mas a imprensa, Sr. Presidente, dos diferentes países, em todos os Continentes, vêm, nos últimos dias, se referindo aos funerais do ex-Presidente constitucional Salvador Allende.

Estas minhas palavras serão, portanto, de homenagem. Não vou, aqui, discutir problemas da política interna de outro país, nem mesmo de um país sul-americano. Neste dia, devemos reverenciar a memória e homenagear o que Salvador Allende representou na vida pública da América do Sul.

O nosso Jornal do Brasil de domingo, dia 2, dizia, na página 36, tratando de assuntos internacionais: "Chile enterra Allende com 17 anos de atraso". E o trabalho do correspondente Maurício Cardoso, escrito em Buenos Aires, diz:

CHILE ENTERRA ALLENDE
COM 17 ANOS DE ATRASO

Maurício Cardoso
Correspondente

BUENOS AIRES — A história oficial do Chile retrocede 17 anos no próximo dia 4 de setembro para uma reparação. Neste dia, a nação vai celebrar os funerais do ex-presidente Salvador Allende Gossens, morto no dia 11 de setembro de 1973 e enterrado clandestinamente horas depois no cemitério Santa Inês, de Viña del Mar, por ordem dos autores do golpe de Estado que o derrubou da presidência do país e o tirou desta vida.

Ainda que Allende fosse maçom e se declarasse agnóstico, a Igreja Católica fez questão de render-lhe tributo. Para um, o funeral de Allende será a reparação de uma injustiça. Para outros, será o cumprimento de uma formalidade protocolar. Para todos, no entanto, este acontecimento é um marco na transição do autoritarismo à democracia.

Por esse mesmo motivo, o ato de reabilitação da memória de Allende não será realizado no dia 11, a data de sua morte e feriado nacional instituído pelo governo militar para celebrar o golpe que o depôs. Em vez disso, os organizadores escolheram o dia 4 de setembro, data de sua eleição, para reverenciá-lo. Será declarado luto oficial, mas não feriado.

O certo é que Aylwin estará presente com todo o Ministério ao lado da viúva de Allende, Hortensia Bussi e suas filhas Carmen Paz e Isabel. Personalidades de 14 países foram convidadas e já confirmaram presença. Da França, vem o primeiro-ministro Michel Rocard, um dos oradores da cerimônia no cemitério de Santiago, a primeira dama Danielle Mitterrand e o presidente da Assembleia Nacional, Laurent Fabius. Também estarão na terça-feira em Santiago o cineasta Costa Gravas, os ex-presidentes Luiz Echeverría, do México, e Rafael Caldera, da Venezuela, e Liesbeth Palme, viúva do ex-primeiro-ministro sueco Olaf Palme. Do Brasil estará o senador Severo Gomes.

Allende morreu no dia 11 de setembro de 1973 no momento em que aviões da Força Aérea bombardeavam o Palácio de La Moneda. As circunstâncias de sua morte são desconhecidas e a versão mais difundida é a de que Allende teria se suicidado disparando um tiro de fuzil na boca. Seu corpo ficou em poder das tropas golpistas que o levaram para Viña del Mar.

"Foi enterrado na presença da viúva Hortensia Bussi de Allende a quem não foi permitido abrir o caixão. O livro El día en que murió Allende relata: "A viúva de Allende recolheu algumas

flores nos arredores da tumba. Jogou-as sobre o caixão e disse: "Que todos saibam que aqui jaz o presidente constitucional do Chile."

No dia de hoje, Sr. Presidente, os jornais do nosso País dão o maior destaque ao assunto. O **Jornal de Brasília**, na folha 9, tratando de assuntos internacionais, diz:

ALLENDE TEM HOJE SEPULTAMENTO DE CHEFE DE ESTADO.

"Viña del Mar (Chile) — Centenas de pessoas estão desfilaro, desde o fim de semana, diante do modesto túmulo onde está o corpo do ex-presidente Salvador Allende, que será levado para Santiago, onde vai ser enterrado definitivamente hoje, 17 anos depois de sua morte."

Mais adiante lemos:

"Durante os 17 anos do regime do general Augusto Pinochet, o local era uma tumba anônima. Esporadicamente, pessoas não identificadas colocavam uma placa indicando que ali estava sepultado Allende, mas ela era invariavelmente retirada por ordem do Governo.

Desde março, entretanto, uma placa colocada no local pelo Partido Socialista não foi mais removida."

A notícia, recebida de Viña del Mar, Sr. Presidente, termina assim:

"Entre as personalidades estrangeiras que acompanharam o funeral estão o primeiro-ministro Frances Michel Rocard, a mulher do presidente francês François Mitterrand, Danielle, e o ex-presidente venezuelano Rafael Caldera."

Também no dia de hoje, o **Jornal do Brasil** trata do assunto, na página 9:

"Funerais de Salvador Allende dividem Chile 17 anos depois."

Trabalho vindo de Santiago, do correspondente Maurício Cardoso, diz a certa altura:

"Também chegaram a Santiago numerosas personalidades especialmente convidadas. Ontem à tarde desembarcaram na capital chilena os senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes. Também chegaram a senadora Elena Flores, com uma carta do pre-

sidente espanhol Alfonso Guerra, e o Senador Frei Mott Duve, com uma representação do ex-chanceler alemão Willy Brandt, e do ex-presidente venezuelano Rafael Caldera. Para a madrugada de hoje estava prevista a chegada da delegação francesa que trará o primeiro ministro Michel Rocard, a primeira dama Daniele Mitterrand e o presidente da Assembleia Laurent Fabius."

Esta notícia é encerrada com as seguintes palavras:

"Para Hortensia Bussi de Allende, a viúva, dar uma sepultura digna a seu marido era um sonho que ela acreditava quase irrealizável. "Sempre pensei que o povo tinha uma dívida para com Salvador Allende, que lhe devia esta homenagem."

Finalmente, Sr. Presidente, para citar só mais um jornal, a **Folha de S. Paulo**, na página A-16, publica o trabalho: "Chile faz hoje enterro oficial de Allende", de Marcelo Xavier de Mendonça, enviado especial a Santiago. E outra matéria, de Newton Carlos, da Equipe de Analistas, também sobre o assunto.

Sr. Presidente, se democratas do Mundo inteiro hoje rendem homenagem ao Presidente constitucional que foi violentamente afastado do cargo que conquistara nas urnas, é natural que nós, da América Latina, da América do Sul e especialmente do Brasil, participemos também dessas homenagens.

O Líder da nossa Bancada, o Senador Fernando Henrique Cardoso, como li, encontra-se em Santiago para render as homenagens devidas ao grande Presidente. E S. Ex.^a o faz em nome das Bancadas do nosso Partido no Senado e na Câmara dos Deputados, e em nome de todos aqueles que gostariam de lá estar para participar igualmente dessas justas homenagens.

Mesmo estando lá o nosso Líder, entendi do meu dever ocupar esta tribuna para homenagear um ilustre homem morto. E por que o faço, Sr. Presidente? Faço-o identificado com os princípios programáticos de nossa Constituição. Todos nós, sul-americanos, especialmente aqueles do chamado Cone Sul, estamos vivamente interessados em lutar pela integração dos povos latino-americanos, começando pela América do Sul, e o que é natural, pelo Cone

Sul, pela Argentina e pelo Brasil. Estamos interessados numa comunidade inicialmente sul-americana. Defendemos essa política de integração que vem progredindo, e o fazemos de acordo com o art. 4^a da nossa Constituição, que reza:

"A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político."

E o parágrafo único deste art. 4^a dispõe:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Grandes passos já foram dados pelo Brasil e pela Argentina. O Uruguai, o Paraguai e o Chile estão, também, interessados. Devemos começar. Um dia, teremos essa comunidade latino-americana de nações.

Portanto, é natural, que como brasileiro, como sul-americano, eu esteja, neste dia, com o pensamento voltado para Santiago do Chile.

Deixo aqui, assim, as minhas homenagens a esse extraordinário homem público, homem de visão, que acreditou na democracia, na liberdade e na justiça social.

Peço permissão para encerrar estas minhas modestas palavras. Sr. Presidente, citando dois autores: um, o Padre Antônio Vieira, que disse: "Saber morrer é a maior façanha".

Allende soube viver e soube morrer.

O outro, Horácio, afirmou: "Dulce et decorum est pro patria mori" - "Doce e honroso é morrer pela pátria".

Salvador Allende morreu pela sua pátria e morreu pela liberdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A Presidência associa-se à homenagem a Salvador Allende, que o nobre Senador Chagas Rodrigues acaba de prestar. Salvador Allende, herói da democracia de seu país, herói da democracia no Continente sul-americano, herói da democracia e da integração dos povos latino-americanos.

Nesta data em que encontra, finalmente, a sua merecida sepultura definitiva, Salvador Allende, renasce para a História, porque os heróis não morrem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo sido convidado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo a participar do Encontro Nacional pela Melhoria da Produtividade, no qual pronunciei palestra sobre "Produtividade no Legislativo", estive ausente desta Casa, na semana passada, e não tive oportunidade de prestar minha homenagem à figura veneranda do Senador Afonso Arinos de Melo Franco, falecido no último dia 28 de agosto.

Com mais de 60 livros publicados, Afonso Arinos exerceu com brilhantismo as atividades de jornalista, advogado, cientista político, professor, diplomata, poeta, crítico, ensaísta e historiador. No entanto, o uso dizer que foi como político que Afonso Arinos alcançou as suas maiores realizações em favor do bem comum de nossa sociedade.

Deputado Federal três vezes por Minas Gerais, Senador duas vezes pelo Rio de Janeiro, Afonso Arinos teve participação destacada e efetiva na elaboração das Constituições democráticas de 1946 e de 1988.

Como Ministro das Relações Exteriores do Governo Jânio Quadros, promoveu uma política

externa independente e corajosa, afastando o País dos blocos políticos tradicionais e aproximando-o dos países socialistas.

Como legislador, imprimiu seu nome, em 1951, a uma lei de importância social indiscutível, a Lei Afonso Arinos, contra a discriminação racial.

Inimigo das ditaduras, iniciaria sua vida política na luta contara o Estado Novo. Embora não lhe faltasse ao espírito aquela vocação mineira para a moderação, nunca deixava de enfrentar os problemas nacionais, defendendo com vigor seus pontos de vista, com auxílio de suas qualidades excepcionais de orador entusiasmado e entusiasmante.

Presidencialista num primeiro momento, não hesitou em fazer sua autocritica, ao perceber que somente o parlamentarismo teria condições de interromper a seqüência histórica de crises que o atual regime de governo tem propiciado ao Brasil. A defesa dessa idéia o levaria a orações memoráveis, durante as votações da Assembléia Nacional Constituinte.

Sua preocupação com os problemas sociais brasileiros, refletida nas posições progressistas que assumiu nos trabalhos constituintes, e sua defesa do parlamentarismo o levaram a ingressar em nosso Partido - o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB -, cuja ideologia lhe pareceu a mais adequada para buscar uma nova estruturação de nossa sociedade, mais moderna e mais justa.

Ativo e participante, o velho Senador, com a autoridade de seu saber e de sua experiência, sempre incentivou meu trabalho, nas comissões e no plenário, reforçando minha convicção de estar atuando na direção correta.

Sem o brilho, a erudição e a inteligência de Afonso Arinos, o Senado ficara um pouco menor e a nossa luta, muito mais difícil. Se há uma homenagem verdadeira que poderemos prestar ao grande político Afonso Arinos, será certamente esta: prosseguirmos na luta pelo aprimoramento das instituições políticas nacionais e viabilizarmos o desenvolvimento econômico e social de nosso povo, com a implantação do regime parlamentarista de Governo no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, presto esta homenagem, depois de o Senado já tê-la feito no momento devido, ao Senador Afonso Arinos, que

tanta falta fará a esta Casa. Infelizmente, como disse, eu estava ausente de Brasília na última semana, e só agora pude fazer este pronunciamento, homenageando essa figura que permanecerá inolvidável, nos nossos quadros políticos, dentro da luta que ele incentivava, nos últimos tempos. No Plenário e nas Comissões, quando conversávamos, ele sempre me incentivava com seus conselhos, com suas palavras, a continuar na linha que eu procurava seguir. E é dentro desse quadro, Sr. Presidente, que quero trazer ao conhecimento dos Senadores aqui pre-

sentes, e se possível da imprensa, que também acompanha nossos trabalhos, esse quadro deve servir de meditação para todos. Hoje estamos falando novamente em pacto social, coisa que todos defendemos, aqui no Plenário, onde vários Srs. Senadores já manifestaram a intenção de que esse pacto fosse viabilizado.

Sr. Presidente, um pacto, como esse só pode ser viabilizado se tivermos o início dos entendimentos dentro de uma igualdade entre os trabalhadores, os empresários e o Governo.

O que estamos vendo, hoje? Trago aqui um quadro dos servidores públicos federais.

No dia 15 de agosto passado, o valor real dos vencimentos do funcionalismo público federal estava em 25% do valor de 16 de fevereiro de 1990. Veja V. Ex^a que, em seis meses, o valor real dos vencimentos do funcionalismo público federal está reduzido à quarta parte, a 25%.

Sr. Presidente, fazer saldo de caixa às custas da fome dos servidores públicos federais é muito fácil.

QUADRO I.

EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES NO GOVERNO COLLOR

Período	IPC	Mês	Valor Nominal	Valor Real	Perda de Poder Aquisitivo
—	—	Março	100,00	100,00	—
16-2 a 15-3	84,32% (mar)	abril	100,00	54,25	47,75%
16-3 a 15-4	44,80% (abr)	maio	100,00	37,47	62,53%
16-4 a 15-5	7,87% (mai)	junho	100,00	34,73	65,27%
16-5 a 15-6	9,55% (jun)	julho	100,00	31,71	68,29%
16-6 a 15-7	12,92% (jul)	agosto	100,00	28,08	71,92%
16-7 a 15-8	12,03% (ago)	setembro	100,00	25,06	74,94%
Inflação		Índice de reajuste para repor as perdas do salário real do servidor, em setembro/90, para retorno ao poder aquisitivo do salário de março/90: 298,99%			
Acumulação:					
16-2 a 15-8	298,99%				
16-3 a 15-8	113,66%				

Fonte: IPC - IBGE

Nota

Do início do Governo Collor até 15 de agosto, já se acumulou uma inflação de 113,66%. Contudo, não é só isso que constitui a perda salarial dos servidores públicos.

Com efeito, nos salários de março do funcionalismo, pagos em 2 de abril, foi resposta a inflação de fevereiro (IPC de 72,78%) e a terceira e última parcela de 11,75%, correspondente ao resíduo de 1989, mas

nos salários de abril, já sob a nova política de arrocho, não foi incorporado o IPC de março (inflação de 16/2 a 15/3), de 84,32%.

Assim, a perda dos servidores, nos salários de setembro, se não for concedido nenhum reajuste, corresponderá aos 113,66% acumulados com os 84,32% do IPC de março, perfazendo 298,99%.

Assim, não havendo reajuste, o salário real dos servidor

corresponderá, em setembro, a um quarto do salário de março (25,06%), e somente com um reajuste de quase 300% (precisamente 298,99%) se recuperaria o poder aquisitivo do início do Governo Collor.

Vamos ver mais um quadro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as receitas correntes - e a fonte é oficial - trata-se do balanço financeiro da União que foi publicado no Diário Oficial de 30 de agosto, na página 16509.

QUADRO II

DESPESAS COM PESSOAL E RECEITAS CORRENTES

Cr\$ bilhões:

Período	Receitas Correntes (1)	Transf. a Est. DF e Mun. (2)	(3) = (1) - (2)	Desp. Pessoal e Enc. sociais (4)	(4) ----- (3) %
Jan/90	65	8	57	16	28,07%
fev/90	104	21	83	66	79,52%
mar/90	188	48	140	83	59,29%
abr/90	473	59	414	123	29,71%
mai/90	411	127	284	83	29,23%
jun/90	147	26	121	66	54,55%
Jul/90	380	12	368	202	54,89%
Jan/jul/90	1.768	301	1.467	639	43,56%
Jan/dez/89	128	32	96	78	81,25%

Fonte Balanço Financeiro da União - STN, DDU de 30-8-90, pág. 16509

Nota

O art. 38-DT da Constituição Federal estabelece o limite de 65% para as despesas com pessoal. Em 1989, esse limite foi superado, com o grande volume de despesa no final de exercício, devido às modificações na estrutura da remuneração dos servidores que, inclusive, repuseram perdas anteriores, e justamente por ocasião do pagamento do 13^a

No presente exercício, a despesa com pessoal ficou abaixo de 30% (das receitas correntes menos transferências), em abril e maio, subindo para cerca de 55% em junho e julho, devido à antecipação parcial

do 13^a em grande parte da Administração Pública (embora o Poder Executivo-Administração Direção só venha a fazê-lo em setembro, com os salários de agosto).

No acumulado janeiro-julho a participação das despesas com pessoal está em 43,56%, bem abaixo, portanto, do limite constitucional de 65%.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é pelo fato de que a Constituição determinou 65% de despesas máximas que os salários dos servidores estão sendo contidos, porque estão abaixo do limite constitucional.

Mas há também o terceiro quadro, de despesa pública, gestão do Tesouro Nacional.

Pessoal e encargos sociais:

De janeiro a dezembro de 89, 78 bilhões, com a participação, portanto, de 72,60% de janeiro a julho de 90, 630 bilhões, com a participação de 14,47%.

Juros, encargos e amortização da dívida interna e externa:

De janeiro a dezembro de 89, 339 bilhões, que correspondiam à participação de 54,77%, e de janeiro a julho de 90, um trilhão e setenta e um bilhões, que correspondem a 24,25%.

QUADRO III

DESPESA PÚBLICA - GESTÃO DO TESOUREO NACIONAL

Participação e Crescimento: 1989 e Jan-Jul/1990

Cr\$ bilhões

Discriminação	Jan-dez/89	Part. %	Jan-Jul/90	Part. %	1990
					1989
Pessoal e Encargos Sociais	78	12,60%	639	14,47%	719,23%
Juros, Encargos e Amort. da Dívida Interna e Externa	339	54,77%	1.071	24,25%	215,93%

QUADRO III

DESPESA PÚBLICA - GESTÃO DO TESOURO NACIONAL

Participação e Crescimento: 1989 e Jan.Ju1/1990

Cr\$ bilhões

Discriminação	Jan-dez/89	Part. %	Jan-jul/90	Part. %	1990
					1989
Transf. a Est. DF e Mun.	32	5,17%	301	6,81%	840,62%
Outras Despesas Correntes	40	6,46%	181	4,10%	352,50%
Investimentos	8	1,29%	47	1,06%	487,50%
Inversões Financeiras	49	7,92%	149	3,37%	204,08%
Outras Despesas de Capital	31	5,01%			
Total Despesa Orçamentária	577	93,22%	2.388	54,06%	313,86%
Dispêndios extra-orçamentários	1	0,16%	439	9,94%	43.800%
. valores a classificar	—	—	329	7,45%	—
. outros disp. extra-orçam	1	—	110	2,49%	10.900%
Disponibilidades (Superávit)	41	6,62%	1.590	36,00%	3.778%
. Conta Única do Tes. Nac.	39	6,30%	1.467	33,21%	3.661%
. Banco Central do Brasil	2	0,32%	109	2,47%	5.350%
. Outras Disponibilidades	—	—	14	0,32%	—
Total de Recursos	619	100,00%	4.417	100,00%	613,57%

Fonte: Balanço Financeiro da União - STN, DOU de 30-8-90, pág. 16509

Nota

As duas verificações mais relevantes são:

A menor pressão dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, cuja participação no total de recursos públicos saiu de cerca de 55% em 1983, para menos de 25% em 1990; essa queda foi mais acentuada pelo reduzidíssimo pagamento dos juros da dívida externa;

O crescimento vertiginoso do superávit do Tesouro Nacional (3.661%) e do Banco Central do Brasil (5.350%) que, em conjunto, atinge 36% dos ingressos, significando que de cada Cr\$ 3,00 recebidos pelo Governo, mais de Cr\$ 1,00 está sendo guardado como superávit.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, recursos existem para pagar aquilo a que o funcionário público tem direito. O arrocho salarial que está ocorrendo no Brasil fez com que a cesta básica ficasse 54% acima do valor real

do salário mínimo. Portanto, estamos desatendendo, aí sim, nesta parte, o que determina a Constituição, que estabelece o que é salário mínimo, que não temos hoje. E levando em consideração o salário mínimo já de setembro - não o de agosto, porque a cesta básica subiu em agosto - a cesta básica está 74% acima do valor do salário mínimo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como falar em pacto social sem levar em consideração a necessidade de recuperar o salário dos trabalhadores? Como falar em ser o pacto social a reunião de empresários, sindicalistas e membros do Governo, esquecendo-se dos partidos políticos - porque para um pacto social ter validade precisa também da participação dos partidos políticos - mas, deixando de lado essa questão, o que é que vemos hoje no jornal? Vemos que o Governo está querendo fazer essa reunião para levar a proposta de que é preciso endurecer a lei de greve.

É esta a proposta do pacto social do Governo? Endurecer a lei de greve.

O Sr. Jarbas Passarinho - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com todo o prazer. V. Ex^a sabe da satisfação que tenho sempre em ouvi-lo. Só espero que V. Ex^a não vá treinando na Liderança às minhas custas...

O Sr. Jarbas Passarinho - Acho que seria um desserviço que V. Ex^a prestaria a mim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a prestaria um grande serviço ao País, mas não a nós.

O Sr. Jarbas Passarinho - Eu digo se V. Ex^a me obrigasse a ser Líder, como está admitindo. Não é o caso. Estou falando ainda na posição muito cômoda, de certo modo, de ser um homem que está independente em relação ao que está acontecendo. É evidente que me associo a V. Ex^a, no momento

em que faz uma observação da perda salarial real, indiscutível do funcionalismo público da União. Quando passei pela Previdência, a primeira vez, já disse isso neste plenário, o salário mínimo era compatível apenas com a Referência 1, Senador Jutahy Magalhães; a Referência 2 já era um vírgula qualquer coisa. Dezesete anos depois encontrei 16 referências ligadas ao salário mínimo. Portanto, todo o período do Governo que ambos defendemos no passado, não havia sindicato, associação que não tinham capacidade de barganha. Foi uma das razões de participar, na Constituinte, da decisão de permitir a sindicalização do funcionalismo público da União. Acho que há perdas reais de salários, mas devo dizer a V. Ex^a que eu não tinha razão para admitir que a Ministra estivesse faltando à verdade, porque S. Ex^a disse a um grupo reduzido de senadores que, se aumentasse apenas 10% na folha de pagamento da União, do funcionalismo, ela teria um déficit mensal que seria correspondente a algo aproximadamente de 13 bilhões de cruzeiros de pagamento para um superávit de apenas 9 bilhões, de receita. E isso seria fatal, evidentemente, para a própria tentativa de ordenação da economia brasileira. É evidente, quando V. Ex^a traz os dados que traz, que os números ficam em conflito, e como eu disse a V. Ex^a, eu não poderia entender que a Sr^a Ministra, falando a um grupo restrito de senadores, faltasse com a verdade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a me permita apenas uma explicação. Esses dados são oficiais, foram publicados pelo Diário Oficial, são dados do próprio Ministério da Economia.

O Sr. Jarbas Passarinho - Mas esses dados ainda não dão a referência do total da folha de pagamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - São cento e trinta bilhões o pagamento e dez por cento seriam os treze bilhões.

O Sr. Jarbas Passarinho - Seriam os treze bilhões. Como a Ministra disse que a arrecadação dava um superávit de nove a dez milhões, automaticamente haveria um déficit que ia ser acumulado ao longo dos meses. Então, em primeiro lugar, é a saúde financeira da União para poder melhorar essa condição do funcionário público federal que, realmente, está achatada há muito tempo. Foi-se o tempo em que o funcionário público federal publicava a fotografia e era

saudado nos jornais. Hoje, não deixam publicar a fotografia com medo dos credores irem procurar o funcionário no Governo. Agora, uma pergunta que eu faria a V. Ex^a, é evidente que eu tenho a impressão que se qual é a resposta, é se seria cabível fazer a reposição com o índice inflacionário do passado, como esse do mês de março a que V. Ex^a se referiu e, ao mesmo tempo, tentar controlar a inflação no geral? Então, é uma pergunta. A outra é uma constatação que caracteriza como o funcionário vai ser ainda mais sacrificado. Veja V. Ex^a que o setembro negro de que tanto se falou parece que vai ser um setembro azul. Porque a Petrobrás acaba.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É o setembro primavera.

O Sr. Jarbas Passarinho - ... de conseguir um êxito. A Petrobrás acaba de dar...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Um reajuste de 98%.

O Sr. Jarbas Passarinho - ... um reajuste de 98%, quase 100%. E agora, veja V. Ex^a, consegue-se, naturalmente, um equilíbrio interno da Petrobrás. Admito que, em pouco tempo mais, teremos o mesmo resultado com os banqueiros, porque estes têm mais gordura até para dar do que a União com a Petrobrás. E não ficará uma diferença grande de tratamento salarial entre os brasileiros?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Veja V. Ex^a, que essa diferença existe. No Estado de V. Ex^a, as Centrais do Pará deram um aumento de duzentos e noventa e oito por cento, não sei se chega a isso. Mas, parece-me que foi bem acima de duzentos por cento.

O Sr. Jarbas Passarinho - Parece-me que só ultrapassado pelo de Santa Catarina.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É. Lá já existiu isso. O exemplo foi dado pelo Estado de Santa Catarina.

O Sr. Jarbas Passarinho - E ambos devedores. As Centrais do Pará devedora da Eletrobrás.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E aproveitando a questão dos devedores, tenho escutado muito, na televisão, o Ministro Antônio Rogério Magri e o Dr. Tomé Tuma falarem nos devedores da Previdência, dizendo que quem não pagar vai para a cadeia.

Então, pergunto, eu: quem é que vai para a cadeia, é o Ministro Magri, a Ministra Zélia ou o próprio Presidente? Porque o maior devedor é a União. Se a União não pagar, quem é que vai responder pela União para ir para a cadeia?

O Sr. Jarbas Passarinho - Eu tive a alegria, Senador Jutahy Magalhães, - e isso foi reconhecido por Ministros posteriores a mim - de ter passado pelo Ministro que conseguiu que a União pagasse, naquele ano, o que devia. Foi, quando ouvi falar numa certa conta gráfica do Banco do Brasil, que eu não sabia do que se tratava. Foi apenas hum trilhão e duzentos milhões de cruzeiros que a União pagou. O que se passa é que V. Ex^a caracteriza agora o atual Governo. Mas a dívida governamental...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não. A dívida vem de muito tempo, não é do atual Governo.

O Sr. Jarbas Passarinho - ... a dívida governamental é histórica, nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas não estou falando do atual Governo, falo porque hoje, representantes do Governo...

O Sr. Jarbas Passarinho - É. V. Ex^a fala nos três que deviam ser postos na cadeia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - ... representantes do Governo são aqueles que hoje estão aí. Há uma constante, o Governo é um só.

O Sr. Jarbas Passarinho - Mas há uma diferença grande.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Hoje, quem responde pelo Governo são esses.

O Sr. Jarbas Passarinho - Mas há uma diferença fundamental. V. Ex^a sabe que o patrão que não recolhe está cometendo um crime, inclusive de apropriação indébita do pagamento dos trabalhadores com destino à Previdência, que lá não chega. Na União não seria apenas uma participação. Veja V. Ex^a que de início, quando foi criada a Previdência, a participação era tripartite, a União, o empregador e os empregados, cada um com 8%. A União jamais pagou os 8%. O Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, com a sua visão de estadista e reconhecendo a realidade brasileira, corrigiu isso na Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960. Então, a União não entrava mais com 8%. Os 8% continuavam na conta dupla de contribuição: empregador e empregado, e a União se respon-

sabilizava pelas despesas de custeio. Nem isso pagava. O que me levou a propor, durante o Governo do Presidente Costa e Silva inclusive, que a Previdência Social tivesse também uma direção tripartite. E, isso os jornais publicaram, o Dr. Carlos Lacerda, que foi do Partido da UDN, do pai de V. Ex^a a quem sempre rendo tributo, a minha homenagem — que foi uma das maiores figuras, usou uma frase contra mim, dizendo que eu era o último Ministro do Jango que estava chegando atrasado, porque eu falava que o governo não tinha direito de ter a administração e não pagar. Então, pelo menos que dividisse essa administração no Conselho Consultivo. Mas, no problema do funcionalismo, parece-me que temos que levar outra vez o pensamento até a **Mater et Magister**, quando João XXIII falava que o pagamento do salário deveria ser condizente com a saúde financeira da empresa. Sem arrecadação, realmente a Ministra tem razão: fica a injustiça flagrante, mas a solução é impossível, a menos que se aumente a despesa de emissão de papel ou então a colocação de papel no mercado para forçar o aumento de juros de maneira a eles poderem ser comprados. Ora, nós todos queríamos sair da hiperinflação, todos — V. Ex^a, eu, todos nós. Ninguém se ilude mais, porque aumentava o salário em 100%, como aconteceu em janeiro, e em fevereiro todos nós estávamos, outra vez, com o poder de compra absolutamente rebaixado. Era preciso um sacrifício, acho que há a necessidade. Daí a razão de eu ter lutado naquela ocasião, há pouco tempo, no Plenário, contra o voto de V. Ex^a infelizmente para mim, mas para não perder tudo que já sacrificamos e fazer outra vez uma indexação com o passado. O que está me parecendo é que diante dessa situação que nós estamos vivendo, vamos ter uma diferenciação enorme com as categorias que têm força de pressão, que têm capacidade de barganha e aquelas que não têm. Isso é que me preocupa. E eu sugeri, ainda ontem, ao Ministro Bernardo Cabral, que me deu o prazer de uma inesperada visita ao meu Gabinete, que se pensasse na fórmula passada, que deu certo, quando, insistindo, o Banco Mundial mostrou, com seu relatório, que a partir do segundo semestre de 1968, as categorias organizadas tiveram um aumento real de salário. Era fazer a reposição e a previsão de inflação com correção pela média e não pelo chamado pico, nem pelo vale, como os economistas resolveram apelar o máximo da inflação ou o mínimo de cada mês. E,

finalmente, pergunto a V. Ex^a por que não votamos o Regime Jurídico Único?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Esta pergunta também eu faria, não a V. Ex^a, mas à Câmara dos Deputados, principalmente. Chegou aqui o projeto de lei do Presidente Sarney, mas na Câmara dos Deputados já tem o projeto de lei do Senador Mauro Benevides, que é especificamente para isso. Então, seria fácil a Câmara dos Deputados aprovar aquilo que o Senado Federal já aprovou e remeteu para lá.

Agora, quanto a essa questão, venho, realmente, discutindo esse aspecto sob uma outra ótica. V. Ex^a falou da manifestação da Ministra Zélia Cardoso de Mello ou de alguém ligado ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento não sei bem quem foi, que levou ao conhecimento de alguns Senadores esses dados...

O Sr. Jarbas Passarinho — Não, foi ela mesma. Foi a própria Ministra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isso, realmente, é um dado que venho repetindo aqui a cada instante. Agora, vejo dentro de uma outra ótica. Será que o Estado teve esse superávit como resultado de uma boa administração, e o Plano Collor teve êxito exatamente por mostrar, entre outros aspectos altamente positivos, o superávit de 10 bilhões de cruzeiros? Mas, fazer esse superávit às custas do funcionalismo público? Porque se for pagar — os dados são corretos — 10% abaixo da inflação, então vai pagar 13 bilhões, vai aumentar em 13 bilhões a folha de pessoal.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ao mês, ao mês.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então o superávit tão elogiado, auto-elogiado pelo Governo não existe, porque está sendo feito às custas do não pagamento devido ao funcionalismo público.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas V. Ex^a considera que foi só às custas disso?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, não é só às custas disso.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ou às custas da diminuição das despesas em geral?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Às custas de muitas coisas, inclusive do arrocho salarial do trabalhador normal; a Previdência sofre as consequências

desse arrocho salarial, porque V. Ex^a sabe...

O Sr. Jarbas Passarinho — Porque aí é o contrário...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Como V. Ex^a diz arrocho salarial já vem de algum tempo.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex^a está falando o contrário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Estou falando a realidade, com números a favor e números contra.

O Sr. Jarbas Passarinho — O raciocínio fica ao contrário neste caso. Assim, o Governo, ao contrário, terá que cobrir o déficit da Previdência...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas não cobre V. Ex^a sabe que o Governo já declarou que do Tesouro não sai nada para a Previdência. Ele já fez essa declaração.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu duvido, Senador Jutahy Magalhães, que o pagamento dos benefícios, que no jargão da Previdência significa dinheiro, deixem de ser pagos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu não sei. A declaração deles é que a Previdência tem que ser bem administrada para fazer com que não sejam necessários recursos do Tesouro. Do Tesouro nada sairia para lá, como também não sai para a Companhia Siderúrgica Nacional, não sai para nada disso.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas, no Orçamento que nós votamos, está. V. Ex^a preste atenção que a contribuição do Governo figura no Orçamento. A grande questão está nesta confusão que se faz. A Previdência Social, o grosso, a quase totalidade dos seus recursos vem da quota dupla de contribuição e não do Orçamento. Mas o Orçamento corresponderia ao custeio. O que eles estão dizendo, pelo que sei — não tenho informações precisas porque não tenho maior intimidade com o Poder —, pelo que estou entendendo, é exatamente que não darão recursos para cobrir déficits, quer dizer, não darão aquilo além do que dão pelo Orçamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — De onde vêm os déficits? V. Ex^a foi um grande Ministro da Previdência, tomou os cuidados necessários para fazer cobrir esses déficits.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agradeço a V. Ex^a, e teria condições de responder de onde vêm os déficits, pelo menos ao meu tempo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas o déficit, hoje, para mim, tem muito da falta de pagamento das Prefeituras, dos Estados, das estatais certa vez, um requerimento aqui, depois de ouvir o Ministro Jader Barbalho — esteve S. Ex^a naquela Comissão presidida pelo Senador Roberto Campos — para que S. Ex^a me informasse quais os mil maiores devedores do Brasil e os vinte maiores devedores de cada Estado. Recebi a resposta. Não dei publicidade, primeiro porque não seria justo com as empresas particulares, não seria justo da minha parte publicar aqueles que estavam em débito. Muitos, inclusive, podiam até ter entrado em entendimento posterior.

O Sr. Jarbas Passarinho — Esse é um ponto importante, se V. Ex^a me permite a interrupção. O Ministro que fez a publicação poderia até ser responsabilizado por perdas e danos morais.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Por isso o sigilo foi mantido.

O Sr. Jarbas Passarinho — Foi muito bom. Foi sensato, como V. Ex^a o é. Fez muito bem. Eu dividiria por 10 o pedido de V. Ex^a. Como Ministro, pedi os 100 maiores devedores e não os mil. Acontece que o devedor é devedor até que ele quite. Mas ele pode ser um devedor regularizado no pagamento, não sendo inadimplente.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a sabe que entre o dia em que V. Ex^a recebe a resposta ao pedido de informações e o dia em que se vai divulgar pode ter ocorrido alguma coisa. Então, procurei evitar a publicidade, mesmo porque a grande maioria dos casos, dos devedores, é ligada ao Município, ao Estado ou à União.

O Sr. Jarbas Passarinho — As prefeituras eram, Senador Jutahy Magalhães, tipicamente devedores. Fui a um congresso de prefeitos — não conhecia esse Balneário de Camboriú em Santa Catarina — e lá fiz uma proposta. Entrei quase vaiado, porque saía da conferência o Presidente do Incra, que tinha sido desastroso. Eu entrei — era um outro cobrador — e fui quase vaiado, mas saí aplaudido de pé, e os prefeitos dizendo: "agora, o prefeito que não pagar pode tirar certidão de mau pagador intencionalmente". Usou até uma expressão mais dura. Eu voltei satisfeito, pensando que nós íamos conseguir isso, porque o Presidente tinha aprovado minha idéia de até diminuir a correção monetária para isso, o que não se faria a qualquer outro tipo de

devedor. Passaram-se os anos e eu verifico que nem aquilo foi pago; as prefeituras não pagaram. Por quê? Porque cada prefeito acha que só tem a responsabilidade com o seu mandato. Então, recebe o débito anterior e não quer saldá-lo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Por isso digo que acredito saber de onde vem o débito, porque as declarações do atual Ministro são de que, com a cobrança desse débito, haverá superávit para a Previdência fazer frente a todas as despesas previstas. Essa é a declaração do Ministro atual.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu, quando fui Ministro, não tinha o talento do Ministro atual, de maneira que não posso pôr em dúvida a declaração de S. Ex^a.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — como tenho escutado isso, tenho que me basear em dados oficiais. Informação oficial. O Ministro, quando fala, pelo menos publicamente em entrevista à imprensa, deve estar falando com conhecimento de causa.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer, Senador. Espero que V. Ex^a venha socorrer-me, porque o Senador Jarbas Passarinho...

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Na verdade, estou ouvindo o diálogo entre V. Ex^a e o Senador Jarbas Passarinho e queria entrar nessa história do déficit. O déficit da Previdência, denunciado perante a Nação, refere-se ao desvio de verbas, ao desvio de recursos da Previdência para outras finalidades, o desvio de finalidades das verbas da Previdência. Esse é o déficit mais denunciado à Nação, e o foi durante muitos e muitos anos, inclusive nas campanhas eleitorais e em outras oportunidades em que ocorria o debate nacional. No que se refere ao débito dos contribuintes para com a Previdência, V. Ex^a tem razão quando diz que há muitos devedores; a inadimplência realmente é algo consumado. Mas há o débito composto, aquele débito que se divide em prestações. O devedor autado que entrou em acordo com a Previdência para parcelar o seu débito só é devedor quando vencer a prestação. Até que ela vença, ele não é devedor. Mas, como bem frisa V. Ex^a, esse dinheiro não está no orçamento, porque não se

realizou, não foi efetivamente recebido. E há o déficit, sim, porque o dinheiro fica menor e a despesa não tem esses comendimentos, não há como reduzir as despesas da Previdência, que se acrescem de acordo com suas finalidades, de acordo com a aplicação da lei que rege a Previdência Social do Brasil. Mais uma vez V. Ex^a fere um problema da maior gravidade. Pretendo falar logo mais sobre alguns assuntos que me parecem importantes, mas compreendo que o discurso de V. Ex^a enfoca o quadro atual do Governo, certos insucessos que vêm em detrimento social. O problema social agrava-se para que o dinheiro fique no Tesouro, para que seja possível, pelo Banco Central, a redução do papel-moeda circulante no País — papel-moeda, porque da moeda, em si, quase não se fala, pela inexpressão que contém nesse momento. Vendo tudo isso que está sendo abordado hoje à tarde no Senado Federal, percebemos que estamos diante de um quadro extraordinariamente grave, inclusive do funcionário público federal que, nesse quadro que V. Ex^a analisa neste momento, envolvendo salário, previdência, etc., vem tendo uma redução objetiva de salário, de forma disfarçada. Em expressão numérica não há nenhuma redução, mas no acréscimo dos preços dos bens de consumo indispensáveis ocorre a redução obrigatória do salário do funcionário público federal. Quanto a isso, lembro a V. Ex^a que o Supremo Tribunal Federal, não mais resistindo a esse achatamento, resolveu conceder ao Poder Judiciário 30% de aumento. Dentro da independência dos Poderes, o Poder Judiciário se desvincula dessa política salarial que atinge a pessoas empregadas no setor privado e aqueles que são empregados perante o setor público. O Supremo Tribunal Federal se desvincula desse controle e aplica esse aumento, que ainda não é a reposição em face da inflação registrada oficialmente no País, desde que o Presidente Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República. Mais uma vez quero louvar V. Ex^a por trazer à Casa assuntos dessa importância, nesse diálogo fundamental que trava com o Senador Jarbas Passarinho, com a sua autoridade de integrante de algumas Pastas, quando teve, na verdade, uma atuação das mais brilhantes. O que lamentamos é que Jarbas Passarinho só exista um mesmo e que ele não se tenha repetido mais do que 3 vezes ou que não o tenham repetido por tantas e tantas vezes quantas fossem necessárias para alcançar-se uma boa administração.

Era o que tinha a dizer a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a. Senador Cid Sabóia de Carvalho, porque aborda, de passagem, um assunto que deveremos aprofundar bastante, aqui, nesta Casa, que é a questão da irredutibilidade salarial.

A irredutibilidade salarial refere-se ao valor real do salário ou ao valor nominativo? Essa é uma questão que deveremos aprofundar bastante, é uma tese levantada já há algum tempo pelo Senador Chagas Rodrigues, e que eu também procurei adotar. V. Ex^a agora, trata desse assunto.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex^a permite que eu interrompa mais uma vez?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a sabe a satisfação que tenho em ouvi-lo e que V. Ex^a faça parte do meu pronunciamento.

O Sr. Jarbas Passarinho — A minha é maior em V. Ex^a aceder. Há pouco, conversava com jornalistas sobre um assunto que me parece uma intriga. Estão utilizando o meu nome, tentando atingir o Governador Orestes Quêrcia, o que não é justo. Vou tentar reparar isso. Perdi parte do aparte do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para V. Ex^a, mas ao sair ouvi S. Ex^a dizer que boa parte da dívida vinha do desvio da aplicação do dinheiro da Previdência. Fazemos justiça não apenas a Juscelino Kubitschek mas aos governos posteriores. Em nenhum momento houve desvio no sentido de perda. O Presidente Juscelino utilizou parcela grande dos meios da Previdência para a construção de edifícios aqui em Brasília, do IAPI e de antigos institutos isolados que existiam antes da fusão. No caso da construção de Itaipu houve adiantamento de verba de superávit da Previdência, pois a Previdência é função matemática dos salários. Assim, se entra salário, se se aumenta o emprego, abarrotá-se a Previdência. Por isso alguns governos se retraem e não entram com a quota correspondente. Então, houve uma antecipação para Itaipu inteiramente reposta; não houve perda em nenhum momento. Verifiquei isso pessoalmente na Pasta, quando tive a responsabilidade de dirigi-la. A Previdência não teve perda de dinheiro em aplicação, quer no Governo de Juscelino, quer no Governo que construiu Itaipu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Voltando à questão salarial, Senador Jarbas Passarinho, lembro-me bem que, na discussão do veto presidencial, uma tese ficou bem marcante naquelas que eram contra o veto: de que a política salarial votada pelo Congresso seria prejudicial ao trabalhador, porque a reposição da medida provisória era superior àquela prevista na política salarial. Falou-se que no Banco do Brasil haveria uma discussão na base de 80% ou 90%, inicialmente, enquanto que, com o projeto do Congresso, teria início na base de uns 20%.

O que vemos hoje, nobre Senador, é o Governo começando a discussão na base de 15%, determinando a seus auxiliares, àqueles que dirigem o Banco do Brasil, não fazerem proposta superior a 15%. Esse é um dos grandes males do atual Governo: dar informações incorretas. A informação passada às suas Lideranças, Senador José Ignácio Ferreira e Deputado Renan Calheiros, e por eles transmitida, é de que o início das conversações seria na base de quase 90%.

O Sr. Jarbas Passarinho — Senador Jutahy Magalhães, há dois pontos a esclarecer. Primeiro, li essa matéria no *Jornal da Tarde* — levei-a para a tribuna — mas não li essa passagem. É uma simulação feita por um economista. Se não me engano, foi o próprio técnico do Dieese que salientava isso. Então, em primeiro lugar, foi uma simulação. O Professor Dércio Munhoz também fez uma simulação e considerou que o projeto do Governo, mantido o Veto, era melhor do que o nosso projeto do Congresso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isso foi tema de pronunciamento do Deputado Ricardo Fiúza e do Deputado Renan Calheiros.

O Sr. Jarbas Passarinho — Mas estou falando em relação a nós dois.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a não é Líder do Governo, pelo menos até agora. Estou falando na Liderança do Governo.

O Sr. Jarbas Passarinho — Estou querendo ir ao assunto. No assunto, V. Ex^a é um homem justo. Não existe a lei ainda. A medida provisória ainda não foi transformada em lei. Na hora em que a medida provisória foi transformada em lei, há necessidade da reposição, que não colocamos na legislação que foi votada aqui no Congresso. Tanto que levou o Relator...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a está defendendo, então, uma tese já defendida por alguns, mas que não é muito aceita pelo Governo. A medida provisória, segundo interpretação de elementos da Liderança do Governo, não é uma lei efetiva, mas já tem os efeitos da lei, na medida em que ela é publicada no Diário Oficial.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex^a tem razão, porque a eficácia é a partir da publicação. Mas é evidente que, a partir do momento em que ela fosse transformada em projeto de lei de conversão, teria força definitiva e não provisória. Neste caso, por exemplo, o próprio Relator, que foi o Deputado Tidei de Lima, declarou: "foi um cochilo nosso. E S. Ex^a é do PMDB, que era a maior Bancada da Câmara.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador, é exatamente isso que venho dizendo. O Dieese falou, e o Governo, então, tomou a si esse dado, pois era interessante a sua argumentação. É uma declaração oficial, porque, no momento em que o Deputado Renan Calheiros fala em nome da Liderança do Governo, como suas palavras como uma declaração oficial. Se eles declararam que a grande motivação para se votar a favor da manutenção do veto era esse fato, que era realmente importante, o que temos a interpretar? Quando chegasse o momento adequado, os bancários iriam iniciar as suas conversações em torno do que estava proposto na Medida Provisória n^o 199 e, agora, na Medida Provisória n^o 211. Qual a realidade? E de que se vai conversar em torno de 15%.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu não sei qual é a tática que o Governo utiliza nesse caso, se quer partir num processo de barganha para, por exemplo, iniciar com 15, e depois fechar com um acordo superior. Mas eu insisto. Na análise do projeto do Governo a reposição existia, como existe, e no projeto que nós aprovamos, que eu aprovei com restrição aqui, não existe. Mandei para o Senador Maurício Corrêa a cópia do meu discurso, porque S. Ex^a pôs em dúvida que eu tivesse dito o que disse. Então, pedi à Taquígrafia uma cópia, que mandei para S. Ex^a. Declarei exatamente que haveria tempo entre a aprovação da medida por nós e o veto do Presidente, para negociar. E essa negociação só podia ser feita na base, evidentemente, de uma alternativa boa. De sorte que acredito, Senador, que retirada essa questão da dúvida sobre constitucionalidade da Me-

BALANÇO FINANCEIRO DA UNIDADE
GESTÃO 1989 DO NACIONAL
PERÍODO: JULHO A JULHO/90

Cr\$ bilhões

DEMONSTRAÇÃO	ACUM. 1989/90								DEMONSTRAÇÃO	ACUM. 1989/90							
	1989/90	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL		1989/90	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL
RECEITOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	72	269	(273)	14	17	26	485	(419)	159	60	29	18	190	(120)	99	162	439
RESTOS A PAGAR INSCRITOS	44	-	-	-	-	-	-	(1)	1	37	3	3	-	2	1	1	52
VALORES EM CIRCULAÇÃO	-	1	-	-	-	-	-	(1)	11	4	3	3	(7)	3	12	22	45
RECE. BANC.-ARRECADADO	-	1	-	-	-	-	-	(1)	12	4	3	5	(1)	5	12	21	44
VALORES EN TRANS.-REALIZ.	-	-	-	-	-	-	-	(1)	1	-	2	(2)	2	(2)	-	1	1
VALORES A CLASSIFICAR	-	291	(291)	-	-	-	-	-	-	16	23	9	245	(133)	42	165	329
OUTROS VALORES PENDENTES	-	291	(291)	-	-	-	-	-	-	13	25	(7)	242	(145)	161	134	141
ORÇAMENTOS EM CIRCULAÇÃO	4	17	18	14	17	26	484	(418)	150	-	-	2	-	-	25	(24)	12
OPERAÇÕES ESPECIAIS	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	25	(24)	-
OUTRAS ORÇAMENTOS	4	17	18	14	17	26	484	(418)	150	-	-	2	-	-	25	(24)	12
FORMIGÕES	-	1	6	19	3	(4)	8	3	7	25	-	-	-	-	18	-	-
PERSONAL E ENC. A PAGAR	-	2	3	(3)	-	-	2	(1)	4	6	-	-	-	-	2	-	-
ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	-	1	2	(1)	2	(2)	7	(10)	4	25	-	-	-	-	2	-	-
VALORES EN TRANSITO	-	1	10	6	16	16	174	(122)	181	-	-	-	-	-	2	-	-
INCENTIVOS A LIBERAR	-	-	-	1	3	6	(7)	7	12	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS DA UNIAO	-	-	-	-	1	1	315	(315)	11	-	-	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADE EXERC. ANTERIOR	1	41	-	-	-	-	-	-	41	420	(290)	229	(11)	243	354	478	1.399
CONTA UNIC. DO TES. NACIONAL	1	29	-	-	-	-	-	-	29	422	(290)	142	(17)	222	348	467	1.447
BANCO CENTRAL DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	156	(156)	-	6	181	199
OUTRAS DISPONIBILIDADES	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	4	6	(2)	19	-	(4)	14
TOTAL DOS RECURSOS	619	811	178	410	531	538	998	951	14.417	814	178	410	531	538	998	951	14.417

IPC

(Variações percentuais)

Mês	No	No	Últimos
Ano	Mês	Ano	12 meses
Agos/89	29,34	359,01	1.084,00
Sets/89	35,95	524,03	1.198,00
Out/89	37,62	758,79	1.303,78
Nov/89	41,42	1.111,59	1.464,16
Dez/89	53,55	1.764,40	1.764,50
Jan/90	56,11	50,11	1.609,68
Fev/90	72,78	170,96	2.751,34
Mar/90	84,32	397,10	4.853,90
Abr/90	44,80	619,89	0.584,60
Mai/90	7,87	676,54	0.458,73
Jun/90	9,55	750,70	5.655,91
Jul/90	12,92	860,61	4.947,81
Agos/90	12,03	-	-

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) - Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, a dívida externa tem sido, ao longo dos últimos dois anos, objeto de considerações as mais

diversas. E ninguém, até hoje, ao que eu saiba, a tem colocado num prisma que possa servir aos interesses nacionais. Desde o Governo passado que se discute, inclusive, a possibilidade da conversão dessa dívida em cruzeiros para que se pré-ordene o desenvolvimento de setores nacionais do País. O Governo atual tem procurado tratar deste assunto, mas até agora nenhuma medida chegou ao Congresso para receber adequado tratamento, legal.

Ao tempo em que o Governo permite alguns acenos no sentido da conversão, surgem medidas administrativas

contrárias ao assunto, criando perplexidade e receio por parte do investidor. A dívida, como foi constituída, todos nós o sabemos. Tenho um projeto que suspende o seu pagamento por dez anos, e dei razões jurídicas para isso. Creio que havendo sabedoria na sua conversão, poderíamos auferir positivos resultados. Qual o receio para que a conversão seja admitida? São dois os motivos que a resistem. Um de ordem inflacionária; o outro, para evitar que firmas estrangeiras possam assumir o controle acionário de empresas nacionais. Mas, parece-me, nenhuma dessas alternativas haverá de ocorrer, sobretudo se disciplinarmos a matéria. Não creio que através de portaria se possa regulamentar um assunto dessa natureza, porque, sob as menores pressões, o Ministério da Economia ou o Banco Central poderão mudar as condições. E uma política dessa natureza deve ser estabelecida a longo prazo.

Não creio também que o Executivo seja o órgão mais qualificado a encaminhar um assunto dessa natureza, porque, sensível como está o Governo às oscilações inflacionárias, bastaria que a inflação aumentasse num dia para que no outro o projeto fosse engavetado.

Assim, creio que resta ao Congresso Nacional, sobretudo ao Senado, que tem a atribuição constitucional de aprovar os empréstimos externos, a tarefa de disciplinar os critérios de conversão da dívida. Se essa dívida for canalizada

para setores fundamentais do País, podemos ter, com a sua conversão, um novo Plano Marshall. É a grande oportunidade que surge agora, quando o próprio Governo Federal abre os portos à participação estrangeira.

Se permitíssemos que grande parte dessa dívida se convertesse, haveríamos de ter uma inflação desenfreada, porque surgiria aqui um grande volume de dinheiro sem que, em contrapartida, os serviços ou artigos de mercado fossem suficientes para atender à demanda.

Com essa abertura ao mercado externo que é salutar para o País, creio que se pode tratar agora da conversão da dívida, estabelecendo-se prioridades. Então, se admitiria a conversão, inicialmente para quê? Para assuntos em que houvesse real e profunda necessidade nacional. A questão de casas populares seria um setor que bem poderia ser atendido com recursos dessa natureza. Depois, a questão de transporte. As estradas estão acabadas. Essa conversão poderia ser um fator viável na recuperação da malha rodoviária nacional. Seriam também atendidas as indústrias de real valor nacional, que estão em situação falimentar. Por quê? O próprio setor de crédito interno não tem condições de lhes socorrer. O setor energético nacional também. Todos sabem que nós estamos já no pico das dificuldades, da escassez energética, escassez que tende a crescer, porque não estamos investindo em hidroelétricas. A partir de Balbina e de Xingó, nós não temos grandes hidroelétricas em construção, e o consumo continua a subir. A dívida externa poderia ser tratada através de um estatuto específico, uma lei que se originasse nesta Casa, com ampla discussão, em que todos os setores dessem a sua opinião. E o tempo já chegou, porque não podemos continuar com a contenção eterna nem tampouco admitir a conversão de forma ilimitada a ponto de a inflação se descontrolar aqui dentro. Assim, este meu discurso, pela rama, apenas visa abrir discussão para um dos assuntos que considero mais importantes.

Tive oportunidade, antes, de ingressar com projeto que suspende o pagamento da dívida externa por um determinado período, e o fiz com razões jurídicas, de natureza triplíce,

Primeiro, a força maior; segundo, o fato de nenhuma das partes poder admitir que a outra tenha o arbítrio do con-

trole contratual, e a terceira, que a Constituição levantou suspeita sobre a legitimidade da dívida. Mas a conversão não implica considerações acerca da sua legitimidade. O importante é que se o Governo brasileiro, inclusive o Congresso, bem souber agir, terá condições de canalizar, num sentido de progresso, essa dívida, e tenho certeza de que se o estatuto se revestir de forma e substância legal, dando estabilidade ao processo de conversão, teremos meios para desenvolver muitos setores ora estagnados por falta de recursos internos e externos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho aqui para rápidas considerações que reputo indispensáveis constar dos Anais da Casa, a respeito de minhas posições.

Um dos assuntos é o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais. Quero louvar a Presidência desta Casa, na pessoa do Senador Alexandre Costa, em face da atitude aqui adotada, quando o Senado Federal recusou-se a atender ao pedido do Presidente da República para que o projeto que tramita no Senado, oriundo da Câmara dos Deputados, fosse devolvido, abrindo espaço para um projeto da mesma natureza que tramita naquela Câmara, enviado pelo atual Governo.

O projeto de lei que se encontra no Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de iniciativa do Poder Executivo, foi concebido inicialmente pelo Poder Executivo, quando do Governo José Sarney. Mais tarde, já bem mais tarde, o novo Governo enviou matéria idêntica à Câmara Federal e pleiteou a devolução da iniciativa historicamente relativa ao Presidente José Sarney. A Câmara negou-se a essa devolução, mas permitiu que tramitasse, como está tramitando naquela Casa, o projeto de iniciativa do atual Governo, mais sintético e com alguns defeitos da maior gravidade, como aquele de mandar os funcionários, estabelecidos à realização de concurso público para que alcancem a efetividade.

Não quero dizer que isso seja uma estupidez, porque, na verdade, isso é uma ignorância. Quem tem a estabilidade necessariamente deve ter, como um dos componentes desse direito maior, a efetividade. Não se

pode cogitar da existência de estabilidade sem a efetividade.

Esse defeito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que está bem escrito no projeto que tramita na Câmara Federal, pode tornar-se sem nenhuma consequência, se aprovarmos aqui aquele da iniciativa do Poder Executivo ao tempo do Governo José Sarney, onde essa exigência não está escrita, essa exigência não foi cogitada.

O Regime Jurídico Único mais uma vez registrará nesta Casa uma situação de constrangimento. Aqui, muitas vezes, deixamos de examinar matérias importantíssimas para não permitirmos a volta à Câmara dos Deputados e não podermos, assim, retardar as necessidades sociais urgentes trazidas ao conhecimento desta Casa.

Como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tenho recebido uma quantidade imensa de cartas, de telex, de telefonemas; tenho recebido comissões aqui, em Brasília, e no meu Estado; apelos de toda ordem, para que mais uma vez o Senado nada emende, o Senado nada retire, o Senado Federal nada acrescente à matéria e a aprove tal qual veio da Câmara dos Deputados. E posto que vá concordar mais uma vez com atitude desta natureza, devo dizer que o projeto de lei originário do Poder Executivo, que teve a sua iniciativa, contém defeitos da maior gravidade e determinadas imprudências, como, por exemplo, confundir o Regime Jurídico Único com outros aspectos que caberiam melhor em outras leis, com mais tempo, com mais oportunidade para o exame.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os funcionários públicos do Brasil são coatos. São coatos porque a ação governamental, que neste momento se registra no Brasil, é de tal sorte infeliz que tem levado milhares e milhares de cidadãos brasileiros a um estado de pânico. Não digo que estão coagidos, porque esta palavra não expressaria o meu pensamento. Quero localizar-me no Código Civil quando fala das pessoas por qualquer razão coatas, e aproveito este termo exatamente para utilizá-lo com relação ao funcionalismo público do Brasil, sofrendo coação absurda nesta hora com a ameaça de demissão, com a ameaça da disponibilidade, o corte de favores financeiros, o corte de gratificações, enfim, ameaças e mais ameaças que são feitas; enquanto, por outro lado, ocorre a redução salarial.

O funcionário público do Brasil vem sofrendo uma grande redução salarial. Desde que o Presidente Fernando Collor de

Mello assumiu a Presidência da República, não se concede um centavo de atualização nos salários ou vencimentos de quem trabalha para o Governo Federal, direta ou indiretamente. Significa dizer que, com a inflação registrada a cada mês, e mesmo antes de se completar o mês, a cada dia, a cada instante, há, sim, uma redução salarial, porque o funcionário ou servidor perde a sua condição aquisitiva com a verdadeira ocorrência de aumentos de preços.

O Governo, ontem, falava em inflação zero: hoje, fala em 10% de inflação, mas, na verdade, sabemos de muitos serviços e de muitos produtos que subiram até 300%. Consultas médicas, que eram de mil cruzeiros, passaram para 3 mil cruzeiros; produtos que custavam 60 cruzeiros passaram para 180 cruzeiros. É fácil verificar isso sem que seja necessário levar o Presidente de volta a um dos supermercados do País. Esta é a hora em que o Presidente deveria deliberar a sua ida in loco para verificar quanto subiram os preços de determinados produtos em nosso País já durante o seu Governo.

Para tudo isso, há um fator altamente positivo que leva o Governo a ter crédito e assim poder impor, com mais facilidade, essa política de redução salarial: é o controle do dólar. O dólar realmente está sob controle. É indiscutível que está acontecendo ao dólar o que não poderíamos imaginar, como acontece ao setor fiscal, ao setor financeiro, uma realidade que não poderia ser imaginada há algum tempo. Mas esses assuntos tocam mais as elites. Não são os pobres, os pequenos assalariados que se vão preocupar com o dólar. O dólar, para quem ganha salário mínimo, não é nem moeda, é ironia; o dólar, para quem ganha menos do que suas necessidades, é apenas uma palavra de luxo num dicionário de termos caboclos, esses termos que são usados no dia-a-dia do servidor público federal. Dólar é assunto para quem investe, para quem compra o dólar, para quem pensa em ir ao exterior, para quem pensa em importação. O funcionário público pensa em viver ou em sobreviver. Por isso, o controle do dólar, por mais importante que seja para a economia nacional, para o Sistema Financeiro Nacional, por mais orgulhosa que seja a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, este, sim, é um assunto zero, qual se fora a inflação imaginada pelo Presidente, no contexto em que vive o servidor público brasileiro.

Esse Regime Jurídico Único possivelmente será votado nesta Casa talvez sem emendas, mais uma vez sem emendas, o que nos deixa contristados, porque a vocação do verdadeiro Senador é exatamente revisar a matéria que vem da Câmara dos Deputados. Aqui, uma Casa mais madura, onde seus integrantes já viveram mais, onde seus integrantes são ex-Ministros, ex-Governadores, ex-Deputados, pessoas mais maduras, aqui, nesta Casa, a revisão pode realmente ocorrer com grande sucesso e rara felicidade.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Duço V. Ex^a, nobre Senador Jarbas Passarinho, com todo prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu já me retirava do Plenário, com audiência marcada, mas V. Ex^a assomar à tribuna. E o mínimo do meu tributo de homenagem a V. Ex^a era retornar para ouvi-lo e, ao mesmo tempo, pôr-me de acordo com a colocação que V. Ex^a faz, eu diria até da necessidade de continuarmos a ser Câmara revisora. O projeto do Regime Jurídico Único é da maior importância também para os servidores públicos, não é só para o Governo. É possível que estejam certos aqueles que prevêem uma possibilidade de 80 mil a 100 aposentadorias tão pronto esse projeto se transforme em lei e seja sancionado pelo Presidente da República. Só isso traria um benefício enorme em relação às demissões, às disponibilidades e a outras medidas visando a enxugar a máquina do Estado. Por outro lado, eu noto que o projeto que acaba de chegar a nós, que é originalmente de iniciativa do Presidente José Sarney, tem um artigo que vai ser extremamente prejudicial a algumas fundações que trabalham com previdência privada e que são extremamente necessárias num País como o nosso, onde funciona o Instituto Nacional da Previdência Social, agora Instituto Nacional do Seguro Social, o antigo INPS, que eu chamo de um imenso seguro de pobres, porque a contribuição média, até quando estive na última passagem pela Previdência, era de três salários mínimos. A aposentadoria é baixa, tem que ser necessariamente baixa pela média das contribuições. E a previdência privada está completando agora praticamente aquilo que a pessoa ganhava na atividade. Era a grande garantia de fazer a filosofia da previdência social, que era a

pessoa passar para a inatividade sem a perda do seu poder aquisitivo. Note V. Ex^a que há um artigo que elimina isso, acaba com a possibilidade das contribuições. Se ocorreu excesso de contribuições, porque houve, parece, áreas patronais que contribuíram de 7/1 — no momento essas contribuições, nessas entidades, são em média de 2/1. E um dos casos é o nosso, do IPC, que interessa aos Senadores, aos Deputados e aos funcionários das duas Casas do Congresso. Eu pretendo, nobre Senador, apresentar uma medida que represente uma emenda supressiva a esse artigo, que era 163 na redação original e, agora, 161. E gostaria de contar com o apoio de V. Ex^a, se se convencer que essa, realmente, é uma providência necessária para aperfeiçoarmos o sistema.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Na verdade, Senador Jarbas Passarinho, além disso que V. Ex^a indica, há um artigo sobre a contagem de tempo de serviço que contém umas nuanças perigosas para os direitos dos servidores públicos quando dos adicionais, das aposentadorias, dos favores, dos direitos revelados pela legislação brasileira. Há muitos defeitos como este. A pressão social é violentíssima sobre o Senado Federal neste mister. E vamos ter que escolher: se vamos ter um procedimento tal qual aquele com relação à Previdência Social, se vamos fazer...

O Sr. Jarbas Passarinho — De Câmara de chancela?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — ... exatamente, como ocorreu com relação ao Código de Defesa do Consumidor, quando aqui votamos coisas esdrúxulas e estranhas; ou se vamos revisar isso e fazer com que a Câmara dos Deputados, imediatamente, concorde, e ela, sim, complete a nossa pressa; que a pressa não seja apenas do Senado Federal.

Quando V. Ex^a indica esse risco, indica algo da maior gravidade, porque nada deve impedir que se complemente uma aposentadoria, que determinada atividade possa resultar em pagamento a um órgão de outra natureza, que não estatal, para garantir a sobrevivência mais digna daquele que se aposentou, daquele que encerrou suas atividades. V. Ex^a contará, com toda certeza, com o meu apoio, não apenas nas ações do Senado Federal, como meu apoio na eleição do mérito da emenda que V. Ex^a pretende apresentar.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agradeço e pediria a atenção

de V. Ex^a para o fato de que se trata de uma previdência privada fechada. A previdência privada aberta, esta pode até ter sido malograda nos seus intentos...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Porque nesta aconteceu muita coisa irregular no País. A previdência aberta foi uma vergonha.

O Sr. Jarbas Passarinho — Além dessas irregularidades, o problema da capitalização prejudicada pelo processo inflacionário totalmente. Já tive oportunidade de dizer aqui algo muito particular, meu, mas não tenho por que não tornar público. Eu, pensando morrer antes de minha mulher, como teria uma aposentadoria muito pequena pelo Exército — estava fazendo uma carreira brilhante de coronel, agora sou capitão, como V. Ex^a disse outro dia, em matéria de vencimentos, se eu durar um pouco mais chego a sargento, porque a perda do salário é proporcional ao tempo em que sobrevivo; fiz um pecúlio de vinte salários mínimos para a minha esposa, eu falecendo. Quando ela esteve perto de entrar em coma, eu fui saber como estava a situação na PLUB. Estava reduzida a 6,3 salários mínimos, porque eles não ampliavam, não aumentavam o chamado prêmio. Na previdência esses nomes são até meio sádicos: prêmio é o que se paga; e sinistro o que se recebe. Então, nesse caso, o prêmio tinha que ser aumentado, e não aumentava devido ao processo inflacionário. Em consequência, o tal sinistro caía bastante. Já na previdência privada, não, completava-se o vencimento do servidor. Então, ele ia para casa — no Banco Central, na Fundação Cesp, a Patronal da Previdência Social — e assim todos eles estão hoje ameaçados de ser varridos do mapa em poucos dias, porque são 180 dias que a lei prevê para a extinção deles, e o IPC, então, acaba de vez.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — V. Ex^a tem razão nesta sua observação. Vamos verificar o que vamos fazer com relação ao Regime Jurídico Único, inclusive com a perspectiva de muitos vetos presidenciais, porque o projeto originado ainda no Governo Sarney realmente é muito extenso. Ele poderia sofrer uma síntese, que seria da maior importância e de grande contribuição para o Direito Administrativo pátrio.

Houve muitas minudências, e nós sabemos, Senador Jarbas Passarinho, que, modernamente, as leis, como a própria Constituição, devem ser atópicas,

nem tudo deve estar na lei. A lei deve indicar as diretrizes e a administração preencher aquele esqueleto legislativo com as providências que poderão ser alteradas no decurso de tempo, sem nenhuma necessidade de revogação, nenhuma necessidade de modificação da lei em vigor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mudando de assunto, quase que bruscamente, não posso deixar de dizer aqui as palavras para as quais me preparo agora.

Estava eu já de passagem marcada para o meu Estado, na última terça-feira, quando, vindo ao Senado, encontrei as Bandeiras a meio pau. Significava dizer que havia falecido o nosso dileto Companheiro Senador Afonso Arinos de Melo Franco, integrante do PSDB, Partido no qual ingressou deixando o PFL, pelo qual se elegeu no Rio de Janeiro, sem nenhuma campanha e apenas pela alta expressão de seu nome e com o carioca compreendendo que, estando prestes a ser elaborada uma Constituição, ninguém mais, necessariamente, deveria pertencer ao Colegiado elaborador do que Afonso Arinos de Melo Franco.

Quando cheguei ao Senado, já conhecia Afonso Arinos, não pessoalmente, mas sabia de sua vida política, de suas atividades caracteristicamente de um liberal, e lera os seus livros de Direito, quando estudante, e, afixionado da Literatura brasileira, conhecia as suas obras mais expressivas; a biografia de seu pai, maior do que a biografia de Joaquim Nabuco, a respeito do pai deste; a biografia do avô de sua mulher, duas grandes biografias elaboradas pelo Mestre mineiro, que adotou o Rio de Janeiro como sua segunda terra.

Acabara de ler *Amor a Roma*, um dos livros mais bem escritos da Literatura brasileira, um livro que é de memórias, mas, ao mesmo tempo, é um tremendo louvor à Velha Roma, Roma que Afonso Arinos conheceu ainda como menino. E ele, então, escreveu aquilo que é memória, aquilo que é poema, aquilo que é uma visão política, uma visão geográfica, uma visão paisagística de Roma. Sobre esse livro muitas vezes conversei com Afonso Arinos, fazendo-lhe observações e lhe mostrando a necessidade de a obra ser traduzida. E ele, então, me falava de ofertas que recebera, mas não concordava que o livro fosse integralmente traduzido, porque, no seu modesto entender, da sua própria grandeza, achava que apenas a par-

te específica sobre Roma era que iria interessar aos leitores de outras línguas, aos leitores de outros países. Não sei qual a autorização que tenha dado.

Chegando ao Senado, vendo aquelas Bandeiras a meio pau, o meu ímpeto foi não viajar e ficar aqui para participar da sessão, quando fatalmente os trabalhos se converteriam numa justa homenagem ao grande homem público. Mas isso me era plenamente impossível. Os compromissos da minha cidade não me permitiriam homenagear Afonso Arinos e, ao mesmo tempo, a tristeza de ter que falar exatamente sobre sua morte.

Como disse, ao chegar a esta Casa já conhecia o mestre, já conhecia suas opiniões sobre Machado de Assis, opiniões que ele retificou algumas vezes. No início, ele achava que era preciso a existência de muitos escritores, como Eça de Queiroz, para que se equivalessem a Machado de Assis. Em 1937, ele mudou de opinião, e escreveu que eram necessários muitos Machados para que se equivalessem a Eça. Este é o pensamento de Afonso Arinos, expresso em livro. O seu último pensamento a este respeito merece ter um registro mais sério e ficar constante nos Anais desta Casa. Uma das razões de eu estar na tribuna é exatamente esta. É que, comentando o seu livro de pequenos ensaios, de 1937, que eu já conhecia há muito tempo, eu chamava a atenção para essa sua opinião. Então, ele me disse que outra vez havia mudado de opinião, e que na sua maturidade, na plena maturidade, resolvera ler outra vez, integralmente, a obra de Machado de Assis. E agora ele estava novamente convencido de que, com a autoridade da sua velhice, dizendo que era um homem muito velho e dava essa opinião com essa autoridade, ele achava que, outra vez, era preciso que existissem muitos Eças de Queiros para que esse conjunto se equivalesse à grandeza de Machado de Assis. Ele era um tremendo admirador de Machado de Assis. Por isso, achava que o melhor livro de Luiz Viana Filho, colega nosso também recentemente falecido, era o que tratava não de Rui Barbosa, não de Eça de Queiros, mas aquele que Luiz Viana Filho tratava da figura extraordinária de Machado de Assis.

Muitas vezes, comentamos Lúcia Miguel Pereira, Eloy Pontes, Josué Montello, e todos aqueles que escreveram sobre o Mestre Machado de Assis, e Afonso um dia disse, que, se

ainda houvesse tempo, além do último livro que pretenderia escrever, se fosse possível, seria exatamente sobre Machado de Assis.

Este registro que faço politicamente não tem nenhuma importância, mas, para o estudo da vida e da obra de Afonso Arinos e de Machado de Assis, é da maior importância, porque Afonso Arinos é exatamente o maior de sua estirpe, maior do que o outro Afonso Arinos de Mello Franco, o seu tio, que escreveu como obra maior **Pelo Sertão**; escreveu uma obra curta, muito compacta, mas de grande valor.

Na sua família, Machado de Assis, excedeu exatamente a todos e, na Literatura, ele teve a grande vantagem, enquanto teve um porte semelhante a outros grandes mineiros como Carlos Drummond de Andrade, não se manteve intelectualmente contemplativo, ele foi o político, ele foi o homem liberal, ele foi o Deputado, por duas vezes, foi o Senador, foi o Presidente da Comissão que elaborou o Projeto de Constituição que teve o seu nome, o Projeto de Constituição Afonso Arinos. Foi o constituinte, o homem de pareceres jurídicos e de muitos estudos que iam também além de uma obra ou meramente literária, ou meramente jurídica. Estudando os problemas brasileiros, ele também escreveu talvez um dos três principais livros da **Série Documentos Brasileiros**, publicados pela Editora José Olympio.

Meu relacionamento com o Mestre era extraordinariamente bom, porque eu conhecia a sua obra e porque trocávamos idéias sobre seus livros; porque eu indicava algumas reedições que ele deveria propiciar, como a de Dirceu e Marília, que era uma peça muito interessante, tão interessante como **Roteiro Lirico de Ouro Preto**, obra de sua autoria que, primeiramente, existiu em revista, muitos anos somente publicada na revista **Verde**, se não estou enganado, para somente, muitos anos depois, a Universidade de Brasília cuidar de uma edição independente, propiciando ao leitor brasileiro conhecer aquela história que ele narra, tendo personagens ilustres como Pedro Nava.

Venho à tribuna, Srs. Senadores, para me manifestar sobre a morte de Afonso Arinos, dizer da tristeza que ela me causa. Mas não é aquela tristeza que o orador fala sem que tenha uma correspondência de sentimento. Não, Eu via em A-

fonso Arinos, e muito, a figura de meu pai. Meu pai morreu, mais ou menos nessa mesma idade, com esse mesmo potencial de intelecto, com essa mesma capacidade de reviver os acontecimentos, quanto mais distantes, mais nítidos, porque este é um predicado dos velhos. E ele dizia: "estou sempre contando uma estória", porque os velhos gostam de contar estórias. Afonso Arinos realmente gostava e sabia contar estórias. Estórias da Universidade onde foi professor, estórias das embaixadas, estórias de embaixadoras, estórias na França, estórias na Bélgica, estórias na Alemanha e em Roma. Homem muito ilustrado, porque lia em muitas línguas, vinha ultimamente lendo livros alemães. Mas podia fazê-lo em francês, em inglês, em espanhol e em várias outras línguas com as quais se acostumou desde a meninice, acompanhando o ilustre pai e, mais tarde, desenvolvendo as suas atividades próprias, que tantas vezes o levaram ao exterior.

Sempre que via Afonso Arinos era como se retornasse ao meu lar paterno, como se pudesse ali ter a graça que, por exemplo, o nobre Senador Jutahy Magalhães tem de conviver com o seu velho pai em plena lucidez nos dias de agora. A mim isso não é mais possível e eu gostaria muito de que fosse. Conversar com Afonso Arinos era conversar com Jader de Carvalho, o meu pai. Estórias muito parecidas, as mesmas lembranças e relembranças; até as mágoas também muito assemelhadas, porque a inteligência nacional, de quando em quando, sofre verdadeiros atentados, e os homens inteligentes como Afonso Arinos sempre têm essa mágoa do combate que sofreu, não à sua pessoa, mas à sua inteligência, à sua cultura, à sua projeção intelectual, como se a inveja ou ciúmes fossem valores pátrios, mais fortes que o reconhecimento das populações àqueles que triunfam pelo saber.

Eu não poderia esperar a homenagem que será prestada ao Mestre Afonso Arinos, mesmo por um sentimento de gratidão. Quando ele viu que realmente eu conhecia a sua obra, começou, de quando em quando, a trazer-me livros de sua autoria. E os oferecimentos eram os mais carinhosos possíveis. O oferecimento, às vezes, muito longo, quase que uma pequena carta. Oferecimentos que eu guardo com muito orgulho e com muito prazer na minha biblioteca, onde tenho, na verdade, muitas obras importantes valorizadas pelo próprio punho do autor, nas oferendas que me fizeram, em

diversos momentos da minha vida — ora durante um trabalho universitário da Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Ceará, ora nas minhas atividades de rádio, jornal e televisão, quando eu tive o prazer de entrevistar grandes intelectuais brasileiros; ora aqui, no Senado, ou na Assembléia Nacional Constituinte ou no Congresso —, quando essas pessoas me mandam livros de grande importância, e sempre com esse carinho que me faz formar uma estante do mais alto valor em minha casa, onde olho para tudo isso já com muita saudade, porque muitas das pessoas que me ofertaram esses livros já partiram; livros de meu pai, livros de autoria de minha mãe, livros de Luiz Viana Filho, livros de Vianna Moog, livros de Afonso Arinos de Mello Franco, livros do dicionarista, o nosso grande dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, inclusive seus livros de contos, tão breves e tão interessantes, suas traduções; livros de Raimundo Magalhães Júnior e de tantas e tantas pessoas importantes.

Afonso Arinos tinha esta delicadeza: a oferta do livro. E esta é a oferta mais delicada que existe.

Quero, nestas breves palavras aqui, no Senado Federal, dizer uma coisa que pouca gente compreendeu. Muita gente diz assim: o Projeto Afonso Arinos foi desprezado pelo Presidente José Sarney; o trabalho da Comissão foi feito com tanta dedicação — o trabalho dos 50 Notáveis —, e depois, o Presidente José Sarney simplesmente deu as costas para esse resultado, não o enviou à Assembléia Nacional Constituinte. O Presidente José Sarney estava absolutamente certo, no meu modo de entender. O espírito de independência da Constituinte não permitia esse recebimento. O aspecto inovador de muitos Constituintes inquietos, expressivos e cultos, isso não permitia uma tutela no trabalho inicial. E verdade! E essa Comissão não elaborou esse trabalho para vir como documento oficial à Assembléia Nacional Constituinte, mas esse trabalho, Srs. Senadores, teve grande valia.

Quem de nós não leu o Projeto Afonso Arinos? Quem de nós não aproveitou esse ou aquele trecho do Projeto? Quem não o leu e não se inspirou para propor coisas assemelhadas ou, às vezes, até idênticas? Garanto que todo o Projeto da Comissão Afonso Arinos chegou à Assembléia Nacional Constituinte não pelas mãos do Presidente da República, no envio oficial, mas pelas nossas suges-

tões, pelas nossas emendas, pelas propostas que fizemos, todas ilustradas pela leitura daquele trabalho da Comissão que tomou o nome do nosso Companheiro Afonso Arinos de Mello Franco.

Assim, o trabalho foi da maior valia, da maior expressão, e está, sim, contido na atual Constituição, com outras palavras, com outro tratamento, mas, principalmente, através da mutação propiciada pela inteligência da Assembléia Nacional Constituinte, propiciada pela democracia, propiciada pelas emendas, pelo debate das idéias, pelos ideários trazidos ao Plenário.

Esse trabalho não foi inútil, de nenhum modo. Foi um trabalho de grande expressão e que teve um notável índice de aproveitamento na confecção da atual Constituição Federal. V. Ex^{as} notam que a grandeza de Afonso Arinos era muito perceptível no campo do Direito, pelos seus trabalhos de Direito Constitucional, pela sua participação na Comissão que tomou o seu nome, por ter sido o Relator da Comissão de Sistematização da mesma Assembléia. Enfim, pelos discursos que pronunciou, pelos pareceres que deu, pelas opiniões conversadas que pôde expressar.

Na Administração, foi Ministro de grande expressão, embora em período muito breve, do Governo Jânio Quadros, mas foi naquela época que se firmou, principalmente, a sua reputação de homem honrado, de homem justo, de homem reto e digno.

No campo da literatura, avulsa como memorialista — os seus livros de memória do túnel de tempo em que ele procurou retroceder para escrever a sua vida —, foi um notável memorialista em vários volumes, todos de grande expressão. Nesta parte pode-se incluir o Amor a Roma, não integralmente, mas em grande parte. Foi o homem que fez a peça de teatro, foi o homem que fez a poesia, foi o homem que traduziu tudo isso num campo de atividade intelectual do maior brilhantismo. Estudou os problemas brasileiros, reuniu ensaios e, num dos derradeiros livros, procurou demonstrar a sua visão liberal de problemas nacionais e internacionais.

Já chegou ao Senado Federal para o seu segundo mandato bastante cansado e, ultimamente, vinha-se furtando a uma presença mais amiadada, em face do estado de saúde da sua mulher, D. Anah. Ele quase que vinha sendo roubado do Senado pela enfermidade da companhei-

ra, também já muito idosa. E isso trazia certo desânimo a Afonso Arinos de Mello Franco.

Pelo que notava, era um homem que estava absolutamente preparado para abeirar-se da fase final de sua existência terrena. Estava muito preparado para isso. Lembro-me de que, quando faleceu o nosso Companheiro Luiz Viana Filho, ele estava absolutamente tranqüilo, e, sentado no seu local costumeiro, recebeu a minha presença como sempre eu fazia para homenageá-lo, e quando conversávamos sobre Luiz Viana Filho, ele disse a mim: "Já está chegando a minha vez, logo mais serei eu". E completava: "Mas estou consciente disso, estou muito velho e muito cansado. Não tenho medo do momento".

Realmente, ele não tinha medo deste momento. Era um homem absolutamente assentado nas suas razões.

Resta, agora, ao País organizar a obra extraordinária de Afonso Arinos de Mello Franco. Dá-la à publicidade como um todo, os seus discursos parlamentares de Deputado e de Senador, os trabalhos que ficaram ainda sem publicação, trabalhos aparentemente de menor expressão, mas num homem desse porte tudo tem expressão; as suas entrevistas publicadas nos jornais contém conceitos modernos de um homem antigo. Isso deve, também, ficar perfeitamente prolatado. E, quando eu digo um homem moderno, muito embora um homem antigo, veterano, de muitas lutas, a maior prova dessa modernidade foi a sua saída de um grêmio mais tradicionalista para outro mais dedicado à uma visão social da democracia. E ele não teve receios e nenhum pejo e, do alto da sua idade, foi ser uma das maiores credenciais do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. Ele verificou que essa tese é que se ajustava ao seu espírito e, ao invés de tornar-se um conservador, com uma visão que devesse preservar os valores consagrados culturalmente no País, teve coragem de evoluir depois dos 80 anos de idade.

Lembro-me dos grandes homens que o foram nessa idade. Picasso foi um grande Pablo, um grande Picasso com idade muito avançada. Pablo Casals, o grande maestro e grande executor de "cello", fazia-o com perfeição, muito além dos 80 anos de idade. Bernard Shaw escreveu uma peça de tão fino humor e de alma tão leve e de alegria tão fulgurante, que ninguém poderia identificar ali o homem de mais de 90 anos de idade. O meu pai, com 82,

83 anos, tinha tantos planos para o futuro que, se tivesse 18 anos, não teria tempo suficiente para realizar tudo aquilo que projetava.

Benditas essas almas extraordinárias que não envelhecem, benditas essas pessoas que são exemplo até à hora final; pessoas que não perdem a capacidade de trabalho porque envelheceram, pessoas que não perdem o humor porque os anos passaram, pessoas que não são tristes quando a velhice, dizem, é invernososa; essas pessoas têm a alma eternamente em primavera. Felizes os que envelhecem como Afonso Arinos. Aplaudidos pela admiração nacional, reconhecidos pela juventude, admirados pelos que lhes são mais próximos na idade, pessoas que têm talento vivo e não contradizem as grandes frases, os grandes momentos, não contradizem a obra já realizada. O triste é envelhecer em contradição, fazer da velhice o desmentido de todas as criações da juventude ou de uma fase plena de maturidade.

Afonso Arinos foi, acima de tudo, de uma coerência extraordinária, homem de cultura fabulosa, que dispunha de uma das maiores bibliotecas do País. Ele herdou livros de uma pessoa de sua família que foi condenada na Inquisição portuguesa, talvez livros proibidos. Ele tinha toda a biblioteca do outro Afonso Arinos, Afonso Arinos de Mello Franco, o tio, de quem conservava, inclusive, o *ex libris*. Ele tinha toda a biblioteca de seu pai, e toda a biblioteca de seu irmão assassinado.

Durante a vida foi um homem que saiu ajuntando as grandes obras. Obras de Musset, evidentemente autografadas, livros que comprou nos sebos de Paris, nos sebos de Roma, obras que adquiriu da Europa, de tal sorte que a casa de Afonso Arinos é tão rica quanto a Casa de Rui Barbosa em matéria de inteligência e em matéria de Literatura.

Digo aos Srs. Senadores, porque não sei se sabem, e isso deve também constar dos Anais da Casa.

Afonso Arinos de Mello Franco tinha um sonho, o de ver dado ao patrimônio que deixava, em livros, e ao prédio onde eles se encontravam, o mesmo tratamento deferido a Rui Barbosa quanto a isto. Ele era modesto, não pensava propriamente na casa de Afonso Arinos, mas naquela patrimônio todo anexado à Casa de Rui Barbosa, e

ainda argumentava que sua residência era muito próxima da Casa de Rui Barbosa e que deveria haver esse cuidado de preservação desse patrimônio intelectual, deveria haver este cuidado, para que a casa de Afonso Arinos se anexasse à Casa de Rui Barbosa.

É preciso que isso seja dito, porque amanhã nós deveremos pensar nisso tudo, na preservação daquilo que ele, Afonso Arinos, escreveu, da maior importância, mais de 50 livros. Como também devemos pensar na preservação de sua biblioteca, na destinação de suas obras para o conhecimento da juventude. Há obras importantíssimas, mas que tiveram pequenas tiragens. Há obras bem divulgadas, como o "Estatista da República", que é a vida de seu pai. Já teve duas edições, uma da Editora José Olympio e outra da Nova Aguilar. No entanto, outros livros não saíram da 1ª edição, são difíceis de ser encontrados, mesmo aqueles que foram publicados pela Editora José Olympio naquela fase da série "Documentos Brasileiros". Ele tem um trabalho sobre o Índio brasileiro, que é da maior expressão, a problemática do Índio, o fenômeno da aculturação e da assimilação. Problemas de estudos raros neste País. Um País de sociólogos que confundem os dois processos sociais como se fossem um só.

Às vezes fico vendo na televisão a entrevista que é feita por esse ou aquele sociólogo. E o sociólogo é a pessoa que traz idéias extravagantes; é o que prega a dissolução dos costumes e não o sociólogo que Afonso Arinos o foi. O sociólogo que Fernando Azevedo conseguiu ser em muitas e muitas obras. O sociólogo que por excelência e maior de todos, eis que o era Gilberto Freyre. Pessoas que saíram captando a cultura das manifestações dentro dos sobrados e mocambos que ele pôde levantar historicamente, porque não há sociologia sem História.

Hoje os sociólogos são aqueles que deploram a evolução cultural do País e querem impor ou a influência estrangeira ou a dissolução dos costumes para a consumação de desvios humanos da maior gravidade, como o uso das drogas e o homossexualismo.

Estou fazendo denúncia da maior gravidade, eu sei. Mas no momento em que falamos em Gilberto Freyre, Afonso Arinos, no momento em que falamos de figuras exponenciais, não há como deixar de significar o contraste existente entre essas pessoas notáveis e aqueles

que obtêm grandes espaços no setor de Comunicação para divulgar um ideário que nem sempre coincide com a nossa cultura e até ofendem a evolução do nosso País.

A Sociologia é, acima de tudo, a captação dos costumes, é a moral. A razão maior da Sociologia é a moral, moral aqui no sentido de costume, de ética social; a moral social, não a moral íntima de que falam os grandes filósofos.

Kant dizia que o grande encantamento da sua vida era olhar o céu e ver aquelas estrelas formando o firmamento, aqueles corpos brilhantes que preexistiam a tudo, e olhar o ser humano e verificar que, assim como nas constelações, na alma humana preexistiam determinados preceitos éticos e morais nunca aprendidos, mas trazidos com a própria alma, sendo a origem do próprio espírito. Mas na Sociologia não há essa beleza kantiana, não há essa espiritualidade. O que há é o materialismo dos costumes, materialidade dos hábitos, o desenrolar de determinados hábitos consumações de manifestações, na forma de um prédio que se constrói, num tipo de fazenda, num tipo de indústria, na roupa, na moda, no alimento.

Srs. Senadores, da tribuna presto minha homenagem a essa pessoa extraordinária com a qual convivemos: Afonso Arinos de Mello Franco — um nome que será pronunciado anos afora, pelo que fez, pelo que realizou, por não ter sido um ser meramente contemplativo, por ter sido habilmente um homem de ação, de boa ação, que contribuiu para o Brasil filológico, para o Brasil literário, para o Brasil científico, para o Brasil político, e deu um exemplo maior: como se pode ser tudo isto sendo honrado e sendo digno.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Francisco Rollemberg deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE) — Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o art. 4º da Medida Provisória nº

200, de 27 de julho de 1990, autoriza "a partir de 15 de setembro de 1990, a quitação de saldo devedor de mutuários junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em cruzados novos, desde que o contrato esteja enquadrado nas condições da Lei nº 8.004, de março de 1990, e a quitação seja efetivada em parcela única".

Esse dispositivo estabelece duas restrições que penalizam sobremaneira os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, que foram atingidos pela retenção de recursos em cruzados novos no Banco Central. De fato, podem beneficiar-se da faculdade tão somente os que efetuarem a quitação em uma única parcela e os que, nos termos da Lei nº 8.004, de 14 de março de corrente ano, tiverem adquirido imóvel pelo Sistema até 28 de fevereiro de 1986.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sobre a questão, apresentei a Emenda nº 5, com o objetivo de contemplar a todos os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que tiverem recursos em cruzados novos retidos pelo Banco Central.

A emenda oferece vários dispositivos que, indubitavelmente, complementam a medida, enriquecendo-a naqueles aspectos que a tornam menos abrangente, por excluir dos benefícios um grande contingente de mutuários que, sem prejuízo para o Plano do Governo, poderiam dela beneficiar-se.

Assim, é que o § 3º da emenda visa a cobrir uma lacuna da Medida Provisória nº 200, pois facultar a complementação em cruzeiros do valor a ser pago em cruzados novos para pagamento do saldo devedor do mutuário. Tal possibilidade não acarretará nenhum ônus ao Plano de Estabilização do Governo e terá a vantagem de o possuidor de recursos bloqueados poder utilizá-los para saldar seu financiamento da casa própria.

O § 4º permitirá que a pessoa física possa utilizar cruzados novos de terceiros para quitação de seu débito junto do Sistema Financeiro de Habitação. Essa medida é de grande alcance; pois é do conhecimento de todos que, hoje, apenas as pessoas físicas permanecem com dinheiro bloqueado no Banco Central. As empresas já substituíram todos os seus cruzados novos por cruzeiro (JB 11-6-90, p. 3, 1º caderno).

E, finalmente, o § 5º estenderá os benefícios da Medida Provisória nº 200 a todos

os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

O Deputado Luís Roberto Ponte, ao emitir parecer oral sobre a referida medida provisória, enfatizou que a Emenda nº 5 "permite complementar com cruzeiro, o montante de cruzados necessários para quitação de saldo devedor do mutuário; possibilita ainda a transferência de titularidade que se destina essa quitação e todos os mutuários do SFH".

E, por fim, de forma conclusiva, deu a seguinte redação à emenda:

"Art. 12. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá autorizar, para quaisquer contratos de financiamento habitacional, a utilização de cruzados novos na quitação, em parcela única, do saldo devedor de mutuários junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

§ 1ª Os depósitos em cruzados novos são possíveis de transferência de titularidade, quando se destinarem, expressamente, ao pagamento de que trata o caput deste artigo."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o conjunto de nossa emenda proporciona a oportunidade de diminuir a pressão sobre o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cuja previsão estima um rombo de US\$ 1,5 bilhões a partir de 1995. O alargamento do alcance da medida possibilita a quitação de maior número de financiamento, diminuindo-se conseqüentemente, a carga sobre o Sistema Financeiro de Habitação.

As medidas propostas na Emenda nº 5 são importantes pelas oportunidades que oferecem e, **pari passu**, por não comprometerem as metas de expansão e controle da liquidez na economia.

Além disso, são, também, inegáveis os benefícios que advirão dessas iniciativas, pois não há negar que as ações do Governo, ao igualar o pequeno poupador com o especulador, cometeram injustiças clamorosas. Está na hora de o Governo reparar o erro, restituir o mais depressa possível a poupança dos que amealharam com suor, sacrifícios e confiança no País. Minha emenda propõe mecanismos oportunos e adequados para resgatar a credibilidade, particularmente da poupança, e devolver ao poupador o que sagradamente lhe pertence.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem gerado imensa expectativa no meu Estado a decisão governamental relacionada com as Zonas de Processamento de Exportação, diante da possibilidade de supressão definitiva daquele instrumento aduaneiro, criado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do Norte e Nordeste do País.

No mês passado, ocupando, por duas vezes, a tribuna desta Casa, manifestei-me pela preservação das ZPE, louvando-me, inclusive, em abalizada manifestação do Presidente da Associação Comercial, Dr. Osvaldo Dantas, e em estudos da lavra do Economista Cláudio Correia Lima.

Agora, divulga-se que, a 16 de setembro, será editada medida provisória extinguindo as Zonas de Processamento de Exportação, muitos dos quais em plena fase de implantação, com perspectivas de localização de grupos industriais diretamente interessados no projeto.

Aliás, sobre o tema, o Diário do Nordeste - que desde a primeira hora se solidarizou com a oportuna iniciativa - fez divulgar longo editorial, em fins de agosto, vazado nos seguintes termos:

Diário do Nordeste

INDUSTRIALIZAÇÃO E ZPE

"Ao que confirmam fontes oficiais do Ministério da Economia, a ministra Zélia Cardoso de Mello vai propor, no dia 16 de setembro, a edição de uma medida provisória extinguindo, de uma vez por todas, as Zonas de Processamento de Exportação. Seis meses depois, portanto, do projeto de sua criação, aprovado pelo ex-presidente Sarney ter sido suspenso por determinação do presidente Fernando Collor de Mello, anuncia-se uma decisão que se pretende seja definitiva, encerrando a questão que tantos debates provocou e que, certamente, ainda justificará resistências e reações dos governadores do Nordeste.

Apontado, desde os primeiros momentos, como uma

opção de desenvolvimento, capaz de reduzir e minimizar os desníveis regionais, particularmente entre as regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul, umas em visível condição de atraso em face ao crescimento econômico de outras, não se nega, porém, que o projeto original tenha sido descaracterizado em função de interferências e injunções políticas. De modo que a ampliação de sua área, já então cobrindo praticamente todos os Estados, tornou-se, na prática, uma proposta demagógica, sem condições de proporcionar os benefícios do projeto original.

Não se nega razões ao governo nem se pode deixar de entender e justificar a sua reação, francamente favorável à extinção das ZPE. O governo do Estado, no entanto, não concorda que esta seja uma decisão unilateral na medida em que tanto interessa à União como ao Ceará, ao Nordeste. Daí porque temos posição firmada no sentido de que sejam correções, sem dúvida, necessárias e indispensáveis, a fim de que o projeto das Zonas de Processamento de Exportação retorne à sua antiga linha de compromissos como desenvolvimento do Nordeste.

Evidente que tal comportamento implica, necessariamente, no reconhecimento de que é preciso moralizar o projeto, não permitindo que assumam conotações políticas e eleitoreiras, como lamentavelmente findou acontecendo. Do ponto de vista do governo do Estado, a nova política industrial do presidente Collor tem condições de conviver, harmônica e pacificamente com o funcionamento das ZPE, desde que não se permita sejam novamente desvirtuadas suas funções e atividades.

Há que se considerar, como questões essencialmente positivas, o anunciado processo de descentralização industrial do País, além de uma correta definição sobre política de investimentos para pequenos e micro empreendimentos na região. Parece-nos importante lembrar que a Sudene, contando com a participação de todos os governos do Nordeste, acaba de produzir um documento de grande valia, destinado a orientar e conduzir a política industrial do Nordeste até o ano 2000.

Trata-se de um trabalho de fôlego, envolvendo estudos profundos, cujo fundamento mais significativo é a "possibilidade concreta" de redução da vulnerabilidade e dependência da economia nordestina. Significa dizer, noutras palavras, que uma política industrial para a região deve fundamentar-se na criação de bases sólidas, capaz de possibilitar, em consequência, elevação da participação nordestina na produção da indústria nacional, criando novas possibilidades, isto é, transformando em realidade as perspectivas de descentralização e descongestionamento do parque industrial brasileiro. Quer dizer: rigorosamente, dentro dos limites da nova política industrial, anunciada pelo presidente Collor.

O aproveitamento das ZPE, admitida como um processo de complementaridade, promete um debate apaixonante, com o natural envolvimento de todo o Nordeste. O Diário do Nordeste, também tomou partido.

-Fica ao lado das ZPE."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as lideranças empresariais do Ceará e de outros Estados do Norte e Nordeste confiam em que o Governo Federal ajustará a programação das ZPE à sua nova política industrial.

Por isso, venho à tribuna solicitar às autoridades da área econômica que decidam a questão, sem mais tardança, viabilizando as Zonas de Processamento de Exportação em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

João Castelo — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Francisco Rollemberg — Jutahy Magalhães — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República, dentro do prazo constitucional, as Mensagens nºs 138 e 140, de 1990-CN, encaminhando os Projetos de Lei Nºs 19 e 20, de 1990-CN, que "estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1991", e que "dispõe sobre o plano plurianual para o quinquênio 1991-1995, e dá outras providências", respectivamente.

Tão logo sejam as matérias distribuídas em avulsos, a Presidência estabelecerá os respectivos calendários de tramitação no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 174 do Regimento Interno, o período destinado à Ordem do Dia da presente sessão foi dispensado.

Para a sessão ordinária de amanhã, igualmente, a Ordem do Dia fica dispensada nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MAURO BENEVIDES NA SESSÃO DE 31-8-90. E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal, na manhã de hoje, para registrar a reunião que, desde as 10 horas, se realiza em Recife, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, ali estando o seu Conselho Deliberativo, sob a Presidência do Secretário do Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista.

Há cerca de três dias, Sr. Presidente, ocupei esta mesma tribuna, quando se anunciava a definição das linhas mestras do Plano, exatamente com o objetivo de estranhar que os segmentos mais representativos da sociedade não o houvessem discutido previamente, apesar de o próprio Presidente Fernando Collor de Mello ter feito questão de anunciá-lo na última quarta-feira, durante sua visita ao Estado de Alagoas.

Entendo que um plano, elaborado exclusivamente nos gabinetes ministeriais de Brasília, talvez não reflita aquilo que nesta hora poderia representar postulação mais justa e mais legítima da população nordestina. Aliás, Sr. Presidente, não é esta a primeira iniciativa de Governos da União que se lançam na busca de alternativas destinadas a viabilizar o progresso da nossa

Região e o bem-estar dos seus quarenta milhões de habitantes.

Os antecessores do Presidente Fernando Collor de Mello já o fizeram, de forma idêntica, e quase todos frustraram a opinião pública regional e até nacional, apresentando metas irrealizáveis, cujo descumprimento tornou-se verdadeiramente inevitável.

E eu me permitiria lembrar, neste instante, a V. Ex^a, que, há quatro anos, o então Presidente José Sarney, homem de nossa Região, como de nossa Região é também o Presidente Fernando Collor de Mello, visitando, no interior de Pernambuco, a cidade de Petrolina, com a qual tanto se identifica o eminente Senador Manoel de Lacerda, lançou um programa de irrigação para o Nordeste, anunciando naquela ocasião que seriam irrigados cerca de um milhão de hectares naquela faixa do território brasileiro.

Desde o primeiro momento, apesar de demonstrar uma elogiável obstinação por parte do Presidente José Sarney, pressentíamos que aquela meta, sem dúvida alguma arrojada, não tinha condições de ser cumprida no espaço de tempo em que foi estipulado o seu cronograma de obras.

E esse cronograma longe esteve de ser cumprido. O percentual de irrigação no Nordeste foi írisório, diante daquela projeção otimista do Governo do Presidente José Sarney.

Então, nesta hora em que o Presidente Fernando Collor de Mello manda a Recife o seu Secretário do Desenvolvimento Regional, para que ele, em nome do Governo, anuncie este novo Plano de Desenvolvimento da nossa Região, pelas experiências anteriores, Sr. Presidente, ficamos como que numa posição de expectativa, para que não se frustrar nesta nova tentativa, aquilo que o nordestino deseja: a correção das disparidades regionais e, conseqüentemente, o surgimento de um clima de bem-estar social para aquela gente que, acostumada a enfrentar as dificuldades climáticas, ali estolicamente resiste a todo tipo de dificuldade.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao eminente Líder Ney Maranhão, que, como homem da Região, identificado, portanto, com os problemas, com as questões mais cruciais,

que se vinculam ao Nordeste, vê, como eu, com expectativa, o novo Plano do Governo federal para acelerar o desenvolvimento do Nordeste.

O Sr. Ney Maranhão - Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex.^a, como sempre, vem à tribuna para tratar de assunto de relevância, principalmente da nossa Região, o Nordeste. V. Ex.^a tem razão, com a oposição construtiva que faz a este Governo, quando dá esse brado de alerta, porque de promessas o Nordeste está cheio. Em Pernambuco, dizemos: "Promessa, só com o Sr. Severino do Ramo". V. Ex.^a tem toda razão. Quando o Ministro da Infra-Estrutura esteve aqui e debateu com o Senador Jutahy Magalhães, S. Ex.^a concluiu que o Ministro não iria cumprir aquilo que estava dizendo no Senado. Estamos acostumados a ouvir essas promessas. Sobre as manchetes dos jornais, das esperanças dos nordestinos, quando o Presidente José Sarney prometeu irrigar um milhão de hectares, lembrei-me do grande brasileiro, Ministro de Getúlio Vargas na época, José Américo de Almeida, que pronunciou aquelas palavras históricas, proféticas para nós do Nordeste: "O Nordeste não precisa de esmola; O Nordeste precisa apenas molhar as terras calcinadas pelas secas para se tornar a Califórnia da América do Sul, abastecer o País e exportar para o mundo". Então, quando o Presidente José Sarney fez aquele pronunciamento e assumiu aqueles compromissos, lembrei-me dessas palavras históricas do Ministro José Américo de Almeida. Como V. Ex.^a acaba de citar, nada disso aconteceu. Nobre Senador Mauro Benevides, fui o primeiro Senador que apoiou o Presidente Fernando Collor, que acompanhou Sua Excelência, passo a passo, naquela memorável campanha, quando ocorreu uma verdadeira revolução pelo voto neste País, e um homem, que saiu de um estado pequenino, econômica e politicamente fraco, foi colocado pelo povo brasileiro no Palácio do Planalto. Grande parte dos compromissos assumidos em praça pública está sendo cumprida, e várias pessoas não acreditavam nisso. No entanto, Sua Excelência tomou decisões que surpreenderam a esquerda e a direita e aquilo que Sua Excelência disse em praça pública está cumprido. Hoje, o Governo tem o controle completo do que arrecada e do que gasta. Quando o Presidente Fernando Collor vai ao Nordeste e assume esse compromisso com o povo nordestino, é um compromisso para valer. O Governo - e a isso chamo de posição de estadista - quando

erra, dá a mão à palmatória e conserta o erro. O Proálcool, por exemplo, é um Programa de interesse nacional e do Nordeste. Antes da invasão do Kuwait pelo Iraque, a posição do Governo era uma; hoje, essa posição deu um giro de 180°. Para satisfação minha e do povo brasileiro, esse Programa, que estava em declínio, vai ser reativado. A Petrobrás levou 37 anos para produzir 600 mil barris de petróleo por dia; esse Programa, em pouco tempo, com alta tecnologia, produzirá 1/4 do equivalente em barris de petróleo. Esse Programa não podia morrer e o Governo, para evitar isso, deu uma guinada de 18°. Este é o exemplo que estou dando, para mostrar a maneira pela qual o Governo do Presidente Collor está tratando o Nordeste. Comungo com V. Ex.^a e com grande parte de políticos, Senadores e Deputados, que estão acostumados a ouvir promessas que não são cumpridas; o Presidente, em cadeia de rádio e televisão, prometer isso, isso mais aquilo para o Nordeste e, no fim, todos ficamos frustrados. Esse Plano para o Nordeste vai ser cumprido, porque na Presidência da República está um homem com nervos de aço, que em palavra de nordestino, V. Ex.^a já está vendo que este Governo tem o controle do que arrecada e do que gasta, numa prova evidente de que tudo o que foi prometido será cumprido, para a realização do grande sonho da redenção do Nordeste.

O SR. MAURO BENEVIDES - Muito grato a V. Ex.^a, eminente Senador Ney Maranhão, que, com a sua responsabilidade de Líder do Governo, traz o endosso para essa planificação, sobretudo para o fiel cumprimento de suas metas. Tenho certeza de que o seu posicionamento pessoal o conduzirá sempre à presença do Presidente da República, quando Sua Excelência se distanciar do cumprimento daquilo que agora representa uma promessa concreta e que é um Plano direcionado para a aceleração do desenvolvimento regional.

Não quero, neste instante, ocupar a tribuna para fazer uma pregação marcada pelo ceticismo e pela descrença antecipados. Quero, eminente Líder Ney Maranhão, agora deixar o Senado Federal, o Congresso brasileiro e as lideranças mais expressivas da nossa Região de sobreaviso para o acompanhamento, **pari passu**, desse Plano de Desenvolvimento do Nordeste, a fim de que não se reedite, agora, aquele episódio registrado no Governo Sarney, quando o Presidente lançou o Programa

de Irrigação do Nordeste e não foi possível cumprimento. Não teria sentido esse Plano, com a consignação de 13 bilhões de dólares, esse Plano, discutido aqui, em Brasília, à punidade sem a participação ampla dos segmentos sociais interessados. Queremos que esse Plano seja cumprido e que ele não represente, nesta hora, mais uma alternativa frustrante para 40 milhões de brasileiros.

O Sr. Mansueto de Lavor - Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES - Pois não, eminente Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor - Nobre Senador Mauro Benevides, este pronunciamento de V. Ex.^a é importante, porque traz à tribuna do Senado Federal e à opinião pública nacional esses gestos do Presidente da República para com uma Região à qual o Governo Federal muito deve e que muito tem oferecido ao País, mas que muito pouco tem recebido. É preciso, primeiro, esclarecer, para não parecer gesto radical de oposição: já frisamos ao eminente Líder do Governo nesta Casa, o Senador Ney Maranhão, a nossa posição de apoio à iniciativa do Presidente Fernando Collor de Mello de reativar e reformular o Proálcool; fato que ocorreu ainda nesta semana, na reunião de Alagoas. Reiteramos o nosso apoio e o nosso incentivo a uma experiência que não é nova. Há mais de quatro anos havíamos visitado usinas de açúcar, em Pernambuco e na Paraíba, que, ao mesmo tempo, eram usinas de produção de eletricidade, usando a energia decorrente do bagaço da cana, um subproduto até então desperdiçado. A reativação do Proálcool é muito importante não apenas para o Nordeste como também para todo o País. Agora V. Ex.^a registra esse ato, realizado hoje na Sudene, com a presença dos Governadores da área - a destinação de recursos para o desenvolvimento de segmentos do Nordeste. Esta semana também houve a destinação de verbas para o setor de saúde do Nordeste. Tudo isso é muito importante. É preciso frisar, no entanto, para a opinião pública brasileira, que o Nordeste não está tendo qualquer privilégio com isso; são recursos que há muitos anos lhe deveriam ter sido destinados. Pergunto ainda: quando esses recursos anunciados serão depositados nos bancos, e dos bancos serão destinados às suas atividades fim? Não é a primeira vez que se anunciam

recursos para o Nordeste, desde o Governo Figueiredo, desde o Governo Geisel, para as secas, para as crianças, para a saúde, para a moradia, para a irrigação, e esse dinheiro não chega lá. Pelo menos, quero dizer que é bom que vá. Mas, enquanto não estiver esse dinheiro circulando na Região, temos razões de desconfiar que pode haver obstáculos para sua destinação. Por isso, enquanto aplaudimos - neste ponto estou secundando a linha do pronunciamento de V. Ex^a -, ao mesmo tempo devemos redobrar a nossa vigilância. Para isso, temos um aliado, o nosso Líder do Governo, Senador Ney Maranhão, um homem sincero e que tem demonstrado que não está aqui para defender o indefensável. Esse dinheiro que está sendo anunciado hoje, na Sudene, é um direito que há muito tempo deveria o Nordeste ter assegurado, recursos para o seu desenvolvimento, coisas corriqueiras em outras Regiões. Basta comparar com os recursos federais que vão para outras Regiões do País. Segundo ponto: que não sejam apenas anunciados os recursos, mas que sejam aplicados em tempo imediato, porque o Nordeste não pode mais esperar. Meus aplausos ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. MAURO BENEVIDES - Muito grato, eminente Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^a coloca com absoluta propriedade o nosso posicionamento de Senadores do Nordeste, o de V. Ex^a e o meu próprio. Nesta hora, assumimos uma postura de expectativa, porque tantas foram as frustrações, ao longo do tempo, que não poderíamos endossar integralmente esse Plano quanto a perspectiva de êxito, nem poderíamos aprioristicamente deixar de admitir que a alocação desses recursos representará, sem dúvida alguma, uma contribuição inestimável para a aceleração do nosso desenvolvimento.

Entretanto, fica uma indagação à assessoria do Governo, à própria Liderança nesta Casa, exercida de forma correta pelo Líder Ney Maranhão: esses 13 bilhões de dólares que vão integrar o lastro financeiro desse Plano são recursos injetados agora na nossa Região ou representam apenas uma sistematização de dotações orçamentárias consignadas, ao longo do tempo, aos vários órgãos que atuam no Polígono? Será que esse Plano traz algo de inovador em termos institucionais ou de programação para o Nordeste? Ou a equipe técnica do Governo convocou dirigentes de órgãos, examinou os orçamentos, quantificou o que seria disponível em determina-

do espaço de tempo e aí apresentou essa soma de impacto, treze bilhões de dólares, que seriam utilizados na aceleração da nossa Região? Esta, a grande dúvida que o Governo precisa dissipar, quer seja pela manifestação do Secretário do Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista, ou pela sua Liderança no Congresso, já que nós não participamos, nós do Congresso, e isso eu reclamava há três dias, desta tribuna. Não participamos da discussão desse Plano. Houve como que uma marginalização dos Congressistas. Se nós, tantas e seguidas vezes, ocupamos esta tribuna para mostrar a nossa pressão em relação ao Nordeste, deveríamos, Sr. Presidente, ter sido considerados para conhecer esse Plano. Assim, hoje, ao invés de estarmos aqui suscitando dúvidas sobre esse aporte de recursos, que é, inquestionavelmente, substancial, sobre as linhas mestras desta programação, estaríamos, quem sabe, emprestando, com a nossa palavra, com o apoio da própria comunidade que representamos, a solidariedade a essa programação que o Governo Collor apresenta diante da opinião pública nordestina.

O Sr. Mansueto de Lavor - Permite-me só mais um pequeno aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES - Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mansueto de Lavor - Só para completar o meu raciocínio no aparte que V. Ex^a gentilmente me concedeu. Recebi, de fonte fidedigna junto às entidades financeiras, a informação de que esses recursos - treze bilhões de dólares - incluem aquele fundo constitucional, que foi uma conquista nossa na Assembleia Nacional Constituinte. Então, se realmente esses recursos forem, em parte, os recursos do Fundo Constitucional, não são 13 bilhões de dólares, porque esses o Nordeste já os tem, não foram dádivas, ou melhor, destinações do Governo Collor. Segundo ponto: há queixas fundadas de governadores, a tal ponto que o Governador Carlos Wilson coordena, hoje, uma reunião dos governadores do Nordeste, todos insatisfeitos com a posição do Governo Federal em não consultá-los. Em suma, os Governadores do Nordeste se sentem participando tanto desse plano do Governo Collor para o Nordeste como os governantes do Kuwait foram consultados sobre a invasão do seu território Saddam Hussein. Há uma verdadeira incursão do Governo Federal na região sem a mínima consulta, nem combinação, nem integração com os

Governos. Pelo menos é a queixa que se ouve dos Governos Estaduais. Agora, se o dinheiro do fundo constitucional estiver dentro desse Plano, se for dinheiro contado nessa soma dos 13 bilhões, não está certo, pois esse dinheiro já é do Nordeste. Não se dá o que já se tem.

O SR. MAURO BENEVIDES - Nobre Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^a viu que suscitei a dúvida, pedindo que ela fosse esclarecida pelas autoridades governamentais competentes, pelo Dr. Egberto Baptista, pelas Lideranças do Governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, enfim, pelos portavozes qualificados, que, diante de todos nós, desfrutam de respeitabilidade para fazer aquelas afirmações. Vamos examiná-las à luz dos fatos e até mesmo do progressivo cumprimento desse plano.

Se estamos utilizando esses recursos do Fundo Constitucional, recursos outros alocados aos órgãos governamentais que atuam na região, recursos orçamentários, a utilização desse quantitativo, 13 bilhões de dólares, nada mais terá sido do que uma mensagem de impacto para, neste momento, fazer renascer as esperanças do povo nordestino durante a década que ora se inicia.

Estaremos aqui numa posição de permanente vigilância para acompanhar o cumprimento desse Plano e exigir, quem sabe, recursos adicionais que extrapolem os orçamentos das entidades que atuam na região, orçamentos esses que já estão legalmente definidos. A inclusão, nesse montante, de 13 bilhões favorece o marketing da notícia de alocação de recursos vultuosos, bastante ponderáveis para estimular a aceleração do nosso desenvolvimento.

O Sr. Chagas Rodrigues - Permite-me V. Ex^a?

O SR. MAURO BENEVIDES - Com prazer, concedo o aparte ao eminente Líder Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues - Nobre Senador e Líder Mauro Benevides, V. Ex^a, mais uma vez, trata de assunto da maior importância para a região nordestina. E me permito dizer que hoje, como em muitas outras oportunidades, V. Ex^a fala traduzindo os sentimentos de toda a numerosa Bancada nordestina desta Casa. V. Ex^a tem, portanto, a solidariedade da Liderança do PSDB. Temos o mesmo estado de espírito, queremos conhecer esse plano, fazemos votos para que seja cor-

reto e atinja seus objetivos. O Nordeste já está farto de planos. Queremos um plano objetivo que acelere o desenvolvimento econômico-social de toda a região, que leve a efeito uma integração dentro do Nordeste e uma integração do Nordeste com as outras regiões do Brasil, porque, como sabe V. Ex^a, o Programa do PSDB também defende a redução dos desníveis regionais. Receba as nossas congratulações. Estou certo de que, juntos, todos poderemos fazer muito em favor das populações nordestinas.

O SR. MAURO BENEVIDES - Nobre Senador Chagas Rodrigues, começo por agradecer o seu e o apoio da Bancada pesedebista, que, neste instante, se posiciona dentro desta linha de expectativa que procurei demonstrar no pronunciamento de hoje, também com o apoio dos ilustres colegas Ney Maranhão e Mansueto de Lavor.

Essa tentativa de correção das disparidades regionais tem sido a tônica da nossa pregação no Senado. Em outros plenários, em debates de que temos participado, essa nossa preocupação é permanente. Sinto-me sempre muito estimulado quando ouço apartes como o de V. Ex^a e manifestações como as dos Senadores Mansueto de Lavor e Ney Maranhão, todos acordos em que abramos um crédito de confiança ao Governo, para que se direcione no cumprimento fiel desse programa que se anuncia para a região.

Não admitiremos, contudo, e creio que esta minha posição fica muito clara agora com o apoio dos ilustres aparteados, que se utilize o marketing publicitário desse montante de 13 bilhões de dólares, para suscitar uma esperança que, desde já, não se possa concretizar a nível de região Nordeste. Que o Governo comprometa recursos, que o Governo ofereça aporte de dota-

ções significativas para realização desse plano, e nós estaremos aqui, na tribuna do Senado Federal, obstinadamente atentos para que o Plano seja cumprido e possa representar, neste instante, uma contribuição inestimável à aceleração do nosso desenvolvimento e bem-estar social de nossa gente. (Muito bem! Palmas.)

PORTARIA Nº 19, DE 1990

(Do Senhor Primeiro Secretário)

O Primeiro Secretário no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o constante do Ofício nº 189/90, da Subsecretaria de Serviços Gerais, resolve designar os servidores José Augusto Arcoverde de Melo, Sérgio de Otero Ribeiro e Djalma José Pereira da Costa, Analistas Legislativos para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito destinada a apurar os fatos ali narrados.

Senado Federal, 22 de agosto de 1990. - Senador **Mendes Canale**, Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 20, DE 1990

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 574, § 6º, do Regulamento Administrativo, resolve prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a realização dos trabalhos da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 15, de 1990.

Senado Federal, 3 de setembro de 1990. - Senador **Mendes Canale**, Primeiro Secretário.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 040/90
Contratada: Sangel Máquinas Ltda.

Contratante: Senado Federal

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, preventiva e corretiva, durante o exercício de 1990, de 21 (vinte e um) aparelhos de ar condicionado tomados na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

Crédito pelo qual correrá a despesa: à conta do Programa de Trabalho
01.001.0001.2021/0002, Natureza da Despesa 3490-3999/0.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 00321/2, de 19-3-90.

Valor contratual: Estimado em Cr\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos cruzeiros).

Vigência: 23-8-90 a 31-12-90.

Signatários: Pelo Senado Federal: Dr. **José Passos Pôrto**.

Pela Contratada: **Bichara Cecílio de Sousa**.

Amaury Gonçalves Martins, Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, em sua 13ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de agosto de 1990, decidiu pela rescisão do Segundo Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília-FUB, para intercâmbio de cooperação técnico-científica e cultural, que efetivar-se-á a partir de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso prévio. - **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral.